

Reunião Regional da SBPC em Belém será mais um passo na luta contra o desmatamento na Amazônia

O presidente da SBPC, Ennio Candotti, já garantiu: vai aproveitar a 7ª Reunião Regional em Belém, que acontece de 25 a 28 de agosto na Universidade Federal do Pará (UFPA), para insistir na luta da entidade contra a devastação da floresta amazônica.

O desenvolvimento sustentável, a formação de recurso humano qualificado e, sobretudo, a necessidade de se criar mecanismos de fixação de pesquisadores na Amazônia foram questões amplamente discutidas na 56ª Reunião Anual da SBPC, realizada em julho no Mato Grosso. Esses e outros pontos relacionados à Amazônia voltarão à pauta de discussões em Belém. "Espero que saiam idéias fortes sobre o desenvolvimento da região. Insistirei sobre isso na abertura", afirma Ennio Candotti.

O tema é de extrema relevância para o Pará, onde localiza-se 26% de todo o território amazônico. O governo do estado apresentou este ano proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que procura definir um plano de divisão das terras do Pará levando em consideração seus potenciais econômicos e a necessidade de conservação.

"Nosso desenvolvimento não pode se calcar apenas no extrativismo. Temos que mudar nossa economia, preservar a mata densa e aproveitar o que já está derubado para o cultivo", ressalta o secretário de C&T e Meio Ambiente do Pará, Gabriel Guerreiro.

Segundo ele, a Secretaria tem todo interesse em participar de debates como os que acontecerão na reunião da SBPC. "Se puder, estarei presente."

Um dos parceiros na programação local da reunião da SBPC, o Museu Paraense Emílio Goeldi propôs uma série de atividades para o evento. Peter Mann de Toledo, diretor da instituição, disse que a intenção é levar a questão do desenvolvimento científico e tecnológico na Amazônia para outros segmentos da sociedade, como os professores, principal alvo das reuniões regionais da SBPC. "Como formadores de opinião, é importante que estejam esclarecidos sobre essas questões. Além deles, esperamos que outros segmentos se engajem na discussão da política de desenvolvimento sustentável", considera.

A expectativa, tanto de Ennio Candotti quanto de Peter Mann, é que do encontro saiam propostas, documentos e sugestões que deem maior visibilidade nacional ao tema. **Leia na página 3 mais detalhes sobre a reunião em Belém e, na página 4, artigo do presidente do Ibama, Marcus Barros, sobre a destruição da floresta amazônica**

Proex é suspenso

A interrupção do Programa de Excelência Acadêmica da Capes, em 6 de agosto, causou indignação entre pesquisadores e coordenadores de Programas de Pós-Graduação.

A decisão foi tomada em virtude da manifestação dos pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, contrários ao modelo de gestão adotado pelo Proex, no qual o repasse de recursos é feito diretamente às Coordenadorias dos Programas de Pós-Graduação, sem a mediação das Pró-Reitorias.

Embora não esteja de acordo com a argumentação dos pró-reitores, o presidente da Capes, Jorge Guimarães, resolveu suspender a adesão ao programa até que se encontre uma solução para o impasse. **Leia tudo sobre a questão do Proex na página 7**



SBPC e Capes discutem formas de combater desemprego de doutores

O presidente da Capes, Jorge Guimarães, recebeu no dia 10 de agosto um grupo da Comissão de Doutores da SBPC. A reunião foi mais um passo para debater a situação dos doutores no país.

Três propostas concretas sobre como encontrar empregos para doutores surgiram do encontro entre a Comissão da SBPC e o presidente da Capes.

A primeira é a realização de concursos em bloco, a serem promovidos pelo MEC em colaboração com as Universidades federais sediadas nos estados menos desenvolvidos. Isso permitiria que as Universidades pudessem receber não um doutor, mas um grupo de doutores de uma mesma especialidade para que todos tivessem estímulo para trabalhar em locais afastados dos grandes centros.

A segunda proposta, considerada por Jorge Guimarães de caráter emergencial, é a reativação do Programa de Absorção Temporária de Doutores (Prodoc), da Capes. "Devido a um impasse jurídico, não tivemos edital esse ano, mas o programa é uma alternativa para o problema de desemprego entre os recém-doutores", explicou.

A terceira idéia, sugerida pelo

presidente da Capes, é a criação de um Fundo Setorial para apoio à pesquisa nas Universidades privadas, constituído por recursos reunidos de parte do pagamento das mensalidades e/ou anuidades dos alunos.

Jorge Guimarães aproveitou a ocasião para anunciar que já encaminhou à Casa Civil pedido para criação de cinco mil vagas para novos professores nas Universidades federais. "Isso vai ajudar a diminuir o número de doutores desempregados."

Por fim, a SBPC ficou incumbida de encaminhar documentos formalizando as propostas relativas aos concursos em bloco e à reativação de programas de apoio e fixação de doutores.

Integraram a comissão o presidente da SBPC, Ennio Candotti; a secretária regional da SBPC/SP, Soraya Smali; Ana Lucia Barbosa (IFT/Unesp); o presidente da ANPG, Luciano Resende (UFV); e José Raimundo Coelho, da SBPC/Brasília. (Por Daniella Goulart e JMF)

A economista Helena Lastres fala ao JC sobre a Lei de Inovação (p.6)

Luiz de Castro Faria

Ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), ex-diretor do Museu Nacional e professor emérito da UFRJ e da UFF, faleceu em 16/8, no RJ, aos 91 anos. Formou-se em Antropologia na Faculdade Fluminense de Filosofia, em 37. De 43 a 53, fez cursos de pós-graduação nas áreas de Geografia Humana, Antropologia Física, Linguística Geral e Etnologia Geral, no Brasil, França e Inglaterra. Em 38, fez parte da Expedição Etnográfica na Serra do Norte, chefiada pelo etnólogo francês Claude Lévi-Strauss. É autor dos livros *Antropologia - Espetáculo e Excelência*, de 1993, e *Antropologia - Escritos Exumados*, de 2000.

Aceitei o convite, formulado pelo CNPq, de ser o representante do Direito no Comitê de Assessoramento Economia-Administração-Direito, com mandato de três anos a partir deste julho. Sinto-me honrado pela indicação e pretendo empenhar-me na promoção e no desenvolvimento da pesquisa jurídica, à qual venho contribuindo na medida de minhas possibilidades, já faz mais tempo do que os últimos 12 anos que passei como pesquisador IA, na área do Direito. A Plataforma Lattes poderá informar todo curioso dos detalhes da minha trajetória acadêmica.

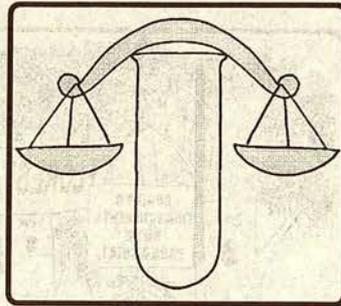
O CNPq atendeu prontamente a meu pedido de informação, relativo à lista de pesquisadores PQ registrados na Casa. Enviou uma pauta com 26 nomes. Digo: vinte e seis; isso mesmo. No Brasil, há cerca de 580 doutores em Direito. Do total, um número infimo apresenta projeto(s) ao CNPq, a fim de ter apoio e mais independência para navegar nos meandros do entendimento dessa área específica do conhecimento chamada Direito. E o número de pedidos contemplados é de menos de 5% do conjunto potencial de pesquisadores.

Não é que o sistema CNPq esgote as possibilidades de fazer pesquisa jurídica, ou seja: a única fonte de auxílios financeiros e outros apoios. Mas os números citados são simbólicos de uma situação preocupante. Evidenciam certa carência de legitimidade acadêmica da área jurídica: de todas as áreas do conhecimento, parece que apenas o Direito foge da dupla necessidade de: 1) definir paradigmas e parâmetros *geralmente aceitos* para consolidar referências nas áreas de pesquisa que ele abrange; 2) debater, discutir,

Pesquisa jurídica: caso preocupante

Christian Guy Caubet *

Espero que aumente o intercâmbio sobre todas as áreas do conhecimento jurídico e sobre as formas de fazer pesquisa.



comparar, questionar, rever, aperfeiçoar, negar, inventar novamente esses paradigmas e parâmetros. Continuam pioneiros, e não muito bem considerados (por quem?), os que se debruçam sobre os fenômenos jurídicos a partir das ciências sociais: história, antropologia, sociologia, ciência política, ciência administrativa, psicologia, dentre outras. Nem se evocou a filosofia, de tão isolada que permanece a formação filosófica de base, nos cursos jurídicos.

A produção jurídica continua atrelada a critérios cada vez mais obsoletos de mercados mumificados por uma visão bacharelesca dos operadores jurídicos.

As editoras levam semanas para analisar o eventual futuro êxito de um título fora do padrão comercial. Levam meses para colocar o título no mercado. Levam anos para enfrentar a ideia de lançar obra semelhante ou contrária a esta, que está garantindo seus lucros razoáveis.

Enquanto isso, 700 cursos de Direito recebem manuais cheios de erudição de outrora, que cai como semente farta em solo despreparado, pois já vai longe o tempo em que uma instrução pública de qualidade preparava os discentes para seus desafios profissionais normais.

Habitua-se a tiragens de 500 a mil exemplares para as obras "inovadoras" e a tiragens de 10 mil a 50 mil para os manuais, os operadores jurídicos se esqueceram que estão num país de 170 milhões de habitantes que carece de conhecer as condições mais elementares da cidadania, incluídos os contratos de trabalho e de compra e venda, e

carece muito mais ainda de refletir sobre o que esse contexto pode significar.

Refletir como? É interminável a lista anual de eventos mais ou menos acadêmicos, que, preparados em prazo de três semanas a três meses, oferecem (a seus idealizadores) oportunidades de: a) ganhar dinheiro; b) promover ações entre amigos; c) enaltecer autoridades de toda ordem e, eventualmente d) colocar em dia os conhecimentos de uma área previamente indicada, com a contribuição de profissionais dedicados às tarefas de ensino, pesquisa e extensão, isto é: com tempo, dedicação e critérios *ad hoc*.

Dessa maneira, garante-se que "o público" continuará recebendo receitas para resolver provisoriamente problemas casuais, em vez de receber informações sobre os caminhos que levam a destinos determinados, por serem determináveis.

Estamos longe de um roteiro de atividades para um mandato de três anos como escrutinador de pesquisa jurídica no CNPq?

Creio que não. A pesquisa não é tarefa para uma elite, no sentido de um punhado de *experts* a pairarem acima do *vulgum pecus* e a trocarem ideias elevadas recheadas com expressões estrangeiras grifadas em *itálicos* ou **negrito**. A pesquisa jurídica, num país capitalista (?) que mantém 1/3 de sua população fora do mercado, pode espalhar-se *urbi et orbi*, sem medo de identificar o mundo social, econômico, político, ambiental ou cultural, em nome do qual são elaboradas as normas; em particular as jurídicas.

Portanto, nesse prazo prefixado, espero ter oportunidades para debater a pesquisa com os pesquisadores: os doutores, os doutorandos e os mestrandos; e outros motivados.

Espero que surja um debate para avaliar e determinar os parâmetros da produção científica na área. Espero que aumente o intercâmbio sobre todos os campos do conhecimento jurídico e sobre as maneiras de fazer pesquisa. E espero que isso se reflita no número de projetos apresentados ao CNPq e *por ele aprovados*, pois a um aumento da procura, haverá de corresponder um aumento da oferta de recursos. Pode parecer um programa relativamente pequeno, mas vale a pena tentar...

* Professor Titular/Departamento de Direito/UFSC, membro do CA-CE/CNPq

Ciência Hoje na Escola

Material de Apoio ao Ensino Fundamental

O aluno aprofunda seus conhecimentos em temas de grande importância:

1. Céu e Terra
2. Bichos
3. Corpo Humano
4. Meio Ambiente
5. Ver e Ouvir
6. Química no dia a dia
7. Tempo e Espaço
8. Matemática
9. Evolução
10. Geologia
11. Sexualidade
12. Eletricidade

Um volume - R\$ 22,00
12 volumes - R\$ 264,00.
Peça pelo site:
<www.ciencia.org.br>

Atenção, bolsista da Capes

Mudando de endereço, informe a Capes para receber seu jornal.

ASSOCIADO DA SBPC:

Comunique sua mudança de endereço pelo e-mail terezamaria@sbpcnet.org.br

JORNAL da CIÊNCIA

Publicação quinzenal da SBPC — Associação Brasileira para o Progresso da Ciência

Conselho Editorial: Caetano Ernesto Pereira de Araujo, Crodowaldo Pavan, Ennio Candotti, Fernando Claudio Zawislak, Reinaldo Guimarães, Roberto Romano e José Monserrat Filho (coordenador)

Editor: José Monserrat Filho

Equipe de Redação: Carla Almeida, Luís Henrique Amorim e Daniela Oliveira

Revisão: Mirian S. Cavalcanti

Diagramação: Sergio Santos

Ilustração: Mariano

Gerente: Yedda M. Marcanth

Redação e Publicidade: Av. Venceslau Brás, 71, fundos, casa 27, Botafogo, CEP 22290-140, Rio de Janeiro. Fone: (21) 2295-4846. Fone/fax: (21) 2295-6198. E-mail: <ciencia@alternex.com.br>
ISSN 1414-655X

APOIO DO CNPq

SEJA NOSSO ASSINANTE

Jornal da Ciência

24 números: R\$ 75,00 ou grátis para associados quites.
Fone: (21) 2295-5284.

Ciência Hoje

11 números: R\$ 84,00 ou R\$ 67,20 para associados quites.
Fone: 0800-26-4846.

Ciência Hoje das Crianças

11 números: R\$ 60,00 ou R\$ 48,00 para associados quites.
Fone: 0800-26-4846.

Ciência e Cultura

Vendas e assinaturas. Fone: (11) 6099-9421 / 6099-9626.

Seja associado da SBPC - Peça proposta à SBPC Nacional, à rua Maria Antonia, 294/4º andar, CEP 01222-010, São Paulo, SP. Fone: (11) 3259-2766.

Anuidade normal:

- R\$ 150: profissionais diversos;
- R\$ 110: professor universitário;
- R\$ 80: membro de entidades associadas à SBPC;
- R\$ 70: professor de ensino médio e fundamental;
- R\$ 70: pós-graduando;
- R\$ 45: estudantes de graduação.

Receba o JC e-mail

Edições diárias. Inscreva-se no site <www.sbpcnet.org.br>. Entre na área *JC e-mail* e escreva seu nome e e-mail nos campos apropriados.

Conheça Com Ciência

Revista Eletrônica de Jornalismo Científico da SBPC - Labjor. Visite o site: <www.ciencia.org.br>

Belém: 233 atividades para cinco mil pessoas

Segundo a secretária regional da SBPC/Pará, Silene Lima, foi fechado acordo com as secretarias de Educação de Belém e do Pará, que garantiram cada uma a inscrição de mil professores.

O município garantiu ainda que vai liberar os demais professores que desejarem participar. "É muito trabalho, mas está tudo correndo bem. Esperamos um público total de cinco mil pessoas", diz Silene Lima, também organizadora do evento.

Ao todo serão 223 atividades divididas entre mesas-redondas, conferências, oficinas e minicursos. Para a abertura do evento, são esperados o ministro da C&T, Eduardo Campos; o governador do estado, Simão Jatene; o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues; e os secretários de Educação do município e do estado. O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, também foi convidado para participar dos debates em Belém.

No dia 5/8, foi lançada oficialmente a reunião. O presidente da SBPC, Ennio Candotti, aproveitou para lembrar questões como o desmatamento predatório e a produção de livros didáticos e para defender a liberdade de imprensa. O lançamento, na UFPA, reuniu representantes de centros de pesquisa da Amazônia, pesquisadores de diversas áreas e boa parte da imprensa local. Candotti fez um balanço da Reunião Anual da SBPC, realizada em julho, em Cuiabá, e disse que a questão do desmatamento — um dos principais temas debatidos no Mato Grosso — estará presente em mais de 20 atividades em Belém.

Na ocasião, ele defendeu a necessidade de se enfrentar o cerceamento à liberdade individual, referindo-se à condenação, em julho, do jornalista Lúcio Flávio Pinto, conselheiro da SBPC, por publicar matérias sobre a tentativa de apropriação de área no vale do Xingu pela empresa C.R Almeida. Durante o evento, aconteceu uma mesa-redonda em homenagem ao jornalista.

A produção de livros didáticos com conteúdos que reflitam a realidade socioeconômica do Pará e incluam exemplos da fauna e flora local deve ser ponto de reflexão entre os professores, lembrou Ennio, que conversou sobre o tema com a secretária estadual de Educação, Rosa Cunha, um dia antes.

Veja as conferências programadas para a Reunião:

Dia 26/8 - "O MPEG", Peter Mann de Toledo (MPEG); "A interlocução entre ciência, parlamento e sociedade", Ingrid Sarti (UFRJ); "A ciência é masculina?", Attico Chassot (Unisinos); "Origem e evolução dos vegetais e sua importância para a biodiversidade", Helga Winge (UFRGS);

"História da ciência como instrumento de transdisciplinaridade", Attico Chassot (Unisinos); "Cultura musical paraense", Ana Silva (UFPA); "Povos amazônicos: história, identidades e educação", Salomão Hage (UFPA); "A função da biblioteca escolar", Hamilton Oliveira (Ancib); "O estado da arte das pesquisas sobre populações pesqueiras na Amazônia", Lourdes Furtado (MPEG); "Região Amazônica, projeto de integração do estado brasileiro e alteridade", Zuleide Ponte (UFPA); "Educação em ciências e matemática na Amazônia", Terezinha Gonçalves (UFPA); "Políticas de ações afirmativas em benefício da população negra no Brasil", Kabengele Munanga (USP); "Plantas medicinais", Osmar Lameira (Embrapa); "A escola que produz conhecimentos em saúde", Ana Paz (SGTES); "A tecnologia de interferência do RNA", Artur Luiz da Silva (UFPA); "Interação floresta-atmosfera e mudanças climáticas na Amazônia", Leonardo Sá (MPEG); "Breve histórico da pesquisa zoológica amazônica", Nelson Papavero (Museu Zoologia); "Cartografia e poder: leitura crítica do espaço social", Alfredo de Almeida (UFPA/Unamaz); "Simetria e arte", Michel Spira (UFMG); "Química e farmacologia do mel e da geoprópolis da tiúba", Maria Célia Pires Costa (Uema).

Dia 27 - "Teletransporte para pedestres", Luiz Davidovich (UFRJ); "C&T na Amazônia - aspectos culturais, econômicos e políticos", Adalberto Val (Inpa); "Educação básica e saúde pública: uma experiência de integração no controle de uma endemia em Buritcupu/MA", Antônio da Silva (UFMA); "Diversidade religiosa no Brasil de hoje", Flávio Pierucci (USP); "A ficção científica a serviço da educação", Nelson Marques (UFRN); "A sociolinguística na escola", Stella Ricardo (UnB); "A educação profissional no Pará", Ronaldo Araujo (UFPA); "Mitologia Amazônica: uma categoria em gênero da terminologia cultural de narrativas orais", Débora Ferreira (UFPA); "Educação para a ciência: uma ponte para a cidadania", Euclides Fontoura (UFPR); "Justiça ambiental e cidadania", Luiz Pereira (UFPA); "A educação de qualidade e seus desafios", Ney Cristina Oliveira (UFPA); "O potencial da acerola para o comércio e produção de alimentos, fármacos e cosméticos", Maria da Silva (UFPA); "Ciência e inovação no controle de pragas", Aldo Malavasi (USP);

"Teorias modernas sobre evolução e distribuição geográfica dos animais", Nelson Papavero (Museu Zoologia); "Agronegócio: da geração à detecção de organismos geneticamente modificados", Evonnildo Gonçalves (UFPA); "Predisposição genética a doenças auto-imunes", Eduardo dos Santos (UFPA) e Fabíola Barbosa (UFPA); "Experiência do teatro na formação do prof. de matemática das séries iniciais", Auberdir Costa (UFPA); "Horror ao vácuo ou pressão atmosférica", Ennio Candotti (Ufes); "História geológica e evolução das paisagens da Amazônia", Peter Mann de Toledo (MPEG).

Dia 28 - "Inteligências múltiplas e construção de saberes", Rita Carnevale (SBPC/RS); "O atlas lingüístico sonoro do Pará: contribuições para a educação básica", Abdelar Razky (UFPA); "A antropologia da invenção da Amazônia", Romero Ximenes Ponte (UFPA); "A orla de Belém: intervenções e apropriação", Juliano Ponte (lesam-PA); "Trabalho, estado e crise do capital", Carlos Lima (UnB); "Os 7 saberes necessários à educação do futuro segundo Edgar Morin", Elizabeth Teixeira (Uepa); "Educação ambiental para a escola do século XXI", Luiz Magalhães (UFPA); "Um estudo preliminar sobre as relações das crianças do campo com a cultura escrita", Eliana Felipe (UFPA); "Impacto do tabagismo na saúde de adolescentes e adultos", José Mill (Ufes); "Patologias exóticas na Amazônia", Habib Neto (NMT); "Os efeitos do alcoolismo crônico", Antonio Castro (UFPA); "Saberes sobre saúde e ambiente: identificar para potencializar", Elizabeth Teixeira (Uepa); "Poluição Mercusal", Ricardo Oliveira (UFPA); "A importância do tiragosto para o fígado do briteiro", Marcus Vale (UFC); "Educação em ciências", Sílvia Chaves (UFPA); "Bioacústica e suas aplicações", Jacques Viellard (Unicamp); "O programa de estudos costeiros do MPEG", Maria Prost (MPEG); "A matemática na escola informatizada", Maria Gravina (UFRGS); "Arqueologia e patrimônio cultural na Amazônia", Edith Pereira (MPEG); "Uma visão de conhecimento na área de acústica", Gustavo Melo (UFPA); "Cálculo, um exemplo de contextualização histórica", Francisco Corrêa (UFPA); "Gestão da criação de conhecimento para o desenvolvimento sustentável", Ivan Melo (UFPE).

Mais informações no site: <www.sbpnet.org.br/eventos/rr>

Poucas & Boas

Mais sabedoria - "Custeie aceitar a constatação de que muitos de meus pacientes encontravam novos significados para a existência ao senti-la esvaír-se, a ponto de adquirirem mais sabedoria e viverem mais felizes que antes."

Drauzio Varella, médico oncologista, escritor, no livro *Por um Fio* (Companhia das Letras).

O pouco muito - "A existência de matéria só é possível porque na infância cósmica existia um pequeno excesso de matéria sobre antimatéria. Caso contrário, ambas se aniquilariam mutuamente e o Universo seria banhado em radiação e nada mais. Sem esse pequeno excesso, essa imperfeição no balanço de matéria cósmica, não estaríamos aqui."

Marcelo Gleiser, físico, divulgador de ciência, em "A imperfeição criadora". (Mais!, FSP, 8/8)

Traiu-se - "Nossos inimigos são inovadores e cheios de recursos e nós também. Eles nunca param de pensar em novas maneiras de prejudicar nosso país e nosso povo, e nós também não."

George W. Bush, presidente dos EUA e candidato à reeleição, falando a autoridades do Pentágono. (*Jornal do Brasil*, 6/8)

Falta realidade local nos livros didáticos - É preciso que as crianças enxerguem e sintam o cheiro do lugar onde vivem nos livros em que estudam. Elas teriam muito mais estímulo para ler e desenvolver hábitos de examinar os problemas que enfrentam diariamente, até para lhes dar uma boa solução. Dar cor e sabor local a pelo menos parte dos livros didáticos — isso produziria uma pequena grande revolução.

E o melhor é que já tem gente competente pensando nisso. Retomando, aliás, uma das tantas recomendações de Anísio Teixeira.

A idéia será discutida na Reunião Regional da SBPC em Belém, de 25 a 28 de agosto. Parabéns.

Diálogo - Sabe o que a Soja disse para a Floresta Amazônica?

- Quero te ver no chão, para eu ficar cada vez mais rica!

Sabe o que a Floresta Amazônica respondeu à Soja?

- Se eu for toda para o chão, pobre besta ignara e insolente, a terra calcinada e inútil estará prontinha para enterrar toda essa sua riqueza irresponsável.

Isaac Roitman, o incansável - Até há pouco dirigiu a Avaliação na Capes. Agora, no CNPq, cuida do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Está como peixe dentro d'água. Educador nato, sua alegria maior é ver os jovens descobrindo os caminhos da ciência.

Comissão de Educação vota a favor de pesquisas com células-tronco

Não destruir mais floresta primária

Marcus Barros, presidente do Ibama

Os senadores concederam, no dia 10/8, uma vitória parcial à comunidade científica com relação às pesquisas com células-tronco embrionárias. Em relação aos transgênicos, o projeto desagradou aos ministérios do Meio Ambiente e da Saúde.

A vitória foi parcial porque apesar de votarem substitutivo da Lei de Biossegurança favorável às pesquisas, estas se limitam apenas aos embriões que já estão congelados nas clínicas de fertilização, não abrangendo aqueles que virão a ser congelados depois de aprovada a lei.

Essa foi a solução dada pelos senadores para buscar consenso entre a comunidade científica e setores ligados a alas religiosas, que se opõem às pesquisas. Segundo os senadores Tião Viana (PT), Tasso Jereissati (PSDB) e Lúcia Vânia (PSDB), grupo que defendeu a proposta aprovada, dessa forma a lei tem chances concretas de ser aprovada quando for reenviada à Câmara, onde setores religiosos são mais fortes e atuantes.

"O texto apresentado busca o consenso entre os vários setores. Se aprovarmos no Senado uma lei que permita as pesquisas com embriões sem essa limitação, dificilmente será aprovada na Câmara", disse Viana durante a sessão de votação.

Os três senadores convenceram o relator do projeto na Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT/PR), que inicialmente defendia que a lei contemplasse também os embriões

que ainda serão congelados.

"Apesar de entender que não deveríamos limitar a lei aos embriões já disponíveis, estou convencido de que esta é a melhor estratégia a ser adotada no momento", disse Dias.

Para a geneticista Lygia Pereira (USP), o substitutivo é confuso. Certas mudanças feitas para abrandar o texto — provavelmente sem a consulta de cientistas — para que passe pelas bancadas religiosas da Câmara ficaram contraditórias e podem atrapalhar as pesquisas.

Quanto aos transgênicos, a causa da celeuma foi a retirada do poder dos órgãos técnicos dos ministérios da Saúde e do Meio Ambiente de vetar a liberação comercial de um produto transgênico e a decisão de que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) pode autorizar o uso comercial desses organismos.

O substitutivo deve ser votado na última semana de agosto. Se passar no Senado com as alterações, volta para a Câmara.

O Planalto tem pressa principalmente para se chegar a uma decisão sobre os OGMs. Caso contrário, deve ser preciso editar nova medida provisória com consequente desgaste do Governo.

SP é palco de palestras de ciência

A Secretaria Regional da SBPC/SP promove, em parceria com a Biblioteca Mário de Andrade, o Projeto Ciência 6:30.

As palestras, que abarcam temas científicos da atualidade, já estão programadas até novembro.

No dia 23 de agosto, a convidada será a professora Miriam Ghiraldini Franco, da Escola Paulista de Medicina/Unifesp, que apresentará a palestra "Bioética na utilização de animais em experiências científicas".

As inscrições podem ser feitas na Biblioteca Mário de Andrade, em cujo auditório acontecem as palestras. O endereço é Rua da Consolação, 94, Consolação, SP. Fones: (11) 3256-5270 r. 206.

Confira a programação para os próximos meses:

Dia 13/9: "O que são células-tronco? Elas podem ajudar no tratamento de doenças?", com Alice Teixeira Ferreira (Escola Paulista de Medicina/Unifesp);

Dia 27/9: "Transgênicos, mutantes e clones utilizados

na pesquisa médica", com Clélia Rejane A. Bertoini (Unifesp);

Dia 11/10: "Organismos geneticamente modificados (transgênicos). Questões éticas e ecológicas", com Mohamad Habib (Unicamp);

Dia 18/10: "Problemas sociais do abuso de drogas. Discriminização das drogas pode ajudar?", com Elisado Carlini (Escola Paulista de Medicina/Unifesp);

Dia 8/11: "O envelhecimento na sociedade moderna. Perspectivas e avanços tecnológicos", com Guiomar S. Lopes (Escola Paulista de Medicina/Unifesp);

Dia 22/11: "Os perigos da aldeia global e da devastação da Amazônia", com Aziz Ab'Saber (USP);

Dia 29/11: "O que é ciência? O que é inovação?", com Michel Rabinovitch (Escola Paulista de Medicina/Unifesp).

A floresta em pé na Amazônia é riqueza incalculável. Mas de nada adianta manter este patrimônio intocável. Não posso cristalizar o processo de desenvolvimento da Amazônia, nem posso mantê-lo desordenado, caótico, cada um fazendo o que quer. Não dá para continuar devastando a floresta. Moratória de desmatamento pode ter resultado inverso: estimular o avanço de motosserras sobre a mata primária. Se o fim da moratória é dizer "não" ao desmatamento de áreas de uso restrito, "não" às invasões de terras indígenas e da União, tem razão. Mas se for para congelar o processo de desenvolvimento sustentável, tenho certeza que a proposta do desenvolvimento sustentável trazida pelo atual governo é mais interessante.

Toda ação antrópica traz prejuízo. Para ter impacto zero seria preciso cristalizar a Amazônia, colocá-la embaixo de redoma para homem nenhum entrar. Mas temos 21 milhões de pessoas vivendo lá. Sou da Amazônia e quero como todos aqui viver com dignidade. Há de se construir política que permita extrair da natureza uma maneira de sobreviver.

A moratória não compõe com o desenvolvimento sustentável. Nossa missão é criar uma política de desenvolvimento com o máximo de "floresta em pé". Esta não é uma idéia original, foi expressa por pesquisadores, como o geógrafo Aziz Ab'Saber. Queremos mostrar que o valor dos recursos florestais é muito maior que o lucro obtido com o corte raso e até mesmo o seletivo, feito por meio de manejo. O desafio do Governo Lula é descobrir, ao lado da sociedade, "como fazer" a exploração dos recursos da floresta proporcionando justiça social e desenvolvimento local.

Estou convencido de que não trilharemos este caminho sem conhecimento científico. Precisamos de investimentos pesados e aproveitar estruturas já montadas para produzir conhecimento específico para a Amazônia. O presidente da SBPC, Ennio Candotti, indicou a fonte dos recursos: quitação de parte da dívida do governo com a comunidade científica com a criação de bolsas para especializar cinco mil pesquisadores em assuntos da Amazônia.

A Amazônia é laboratório fundamental, estratégico para o país. Ele vale mais que o mogno que se tira da região. Precisamos investir mais em C&T. O Centro de Biotecnologia da Amazônia, ainda inativo, foi montado na perspectiva de produzir conhecimento. Cadê o recurso para o Inpa, que completou 50 anos, para o Instituto Goeldi, para as Univer-

sidades federais? A proteção da Amazônia se dá por bases científicas. Ações de comando e controle sozinhas não detêm a força do capital. Mas não podemos ignorar o combate à grilagem de terras na Amazônia. Se não lutarmos pelo ordenamento territorial, vão continuar degradando a floresta. Esta é uma das ações previstas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, desenhado por 12 ministérios. Este grande esforço do Governo, com apoio logístico das Forças Armadas, é política emergencial. Nossa meta é casar políticas estruturantes com as emergenciais.

A moratória para o desmatamento pode ser interessante sob o ponto de vista da militância. Mas não é do ponto de vista de buscar o desenvolvimento com base na legislação ambiental, ampliando o aparelho de Estado, inserindo a parceria pública e privada. Posso estar enganado, mas ao que entendo, a moratória para o desenvolvimento e os investimentos. Temos propostas de reverter os eixos dos investimentos, aproveitando a terra degradada para plantar e ampliar empregos, que tornem o Brasil cada vez mais competitivo no nível internacional. Não queria mais ver árvores derrubadas no Mato Grosso. Queria ver as terras já degradadas sendo fertilizadas e trabalhadas na perspectiva de manter o plantio. Por que não aproveitar a tecnologia da Embrapa para aumentar a produtividade em espaço geográfico mais restrito?

O Ibama não quer brigar com o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi. Não queremos dizer que é ruim pro Brasil ser o maior produtor de soja do mundo. Agora, não posso reproduzir na Terra do Meio (sudoeste do PA) o que se fez no norte do MT. Ali se degradou a floresta primária, houve política de tomar a madeira a qualquer custo, fazendo devastação predatória, usando Autorização para Transporte de Produtos Florestais fraudulenta, transportando a madeira sem licenciamento. Atrás disso, vem a pata do boi e, depois da pata do boi, a soja. É crime, é jogar a riqueza no lixo. Sou pesquisador da área e afirmo: desconhecer toda a diversidade da Amazônia e destruí-la é burrice. O imediatismo é burro. Presidente do Ibama, sinto-me no direito de dizer: se chegamos ao 1º lugar no mundo produzindo soja assim, daqui pra frente devemos utilizar as terras já degradadas para aumentar a produtividade. Deixo uma mensagem para o governador: não dá para avançar em terras onde ainda há floresta primária.

Finep sai em socorro do Iuperj e garante R\$ 2,7 mi para pesquisa

O convênio Finep/Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisa do RJ), firmado em 5 de agosto, em apoio ao projeto Democracia e Inserção Social durante dois anos, é peça fundamental para manter vivo o trabalho de pesquisa do renomado centro. A idéia agora é dar ao Iuperj os benefícios de uma Organização Social.

O ato de assinatura do convênio contou com a presença do ministro da C&T, Eduardo Campos, que, em discurso informal e bem-humorado, não deixou dúvidas sobre o apoio do Governo Lula à manutenção e desenvolvimento do Iuperj, dada a qualidade de sua produção científica.

Para o presidente da Finep, Sergio Rezende, é vital apoiar as ciências sociais humanas, capazes de contribuir para desenvolvimento harmonioso do país. Ele rejeita a aplicação de recursos só em certos setores em detrimento de outros: "É verdade que é preciso apoiar setores que tragam retorno econômico mais rápido, porém fazer isso em grande detrimento do apoio ao sistema global de C&T resultará inevitavelmente num sério comprometimento do futuro do Brasil."

Embora veja o apoio da Finep ao Iuperj como pontual e localizado, Rezende ressalta sua importância: "O apoio sinaliza a determinação do Governo de, gradualmente, encontrar um ponto de equilíbrio, no qual áreas e setores de C&T importantes da economia são apoiados, e também a pesquisa básica como um todo, incluindo nela as ciências humanas e sociais".

O convênio é fundamental ao esforço do Iuperj para sobreviver e manter seu trabalho de pesquisa, considerado do mais alto nível de excelência.

A manutenção do Iuperj custa ao todo cerca de R\$ 6 milhões.

o dinheiro para cobrir este valor — relativo a salários e outros custos não ligados à pesquisa — deveria vir da Universidade Cândido Mendes, mas esta não tem respondido por sua parte. Basta dizer que os salários do Iuperj sofreram este ano o corte de 35%.

Neste contexto, o convênio com a Finep é uma alavanca valiosa, mas não soluciona o problema em sua totalidade. Assim, a direção e os pesquisadores do Iuperj seguem pensando numa saída para assegurar a completa manutenção do centro.

Uma solução à vista seria transformar o Iuperj em Organização Social, que já conta com alguns pareceres jurídicos animadores. Tal alternativa mudaria a relação do Iuperj com a Universidade Cândido Mendes.

O Iuperj ganharia autonomia administrativa e financeira, e os deveres e obrigações da Cândido Mendes para com o Iuperj seriam fortalecidos. Isso poderia lançar as bases de um regime mais estável e durável de manutenção do centro. É nisso que as lideranças do Iuperj apostam neste momento, mesmo sabendo que terão pela frente negociações sem sempre fáceis com a Universidade Cândido Mendes.

A Cândido Mendes, no entanto, tem e continuará tendo todo interesse em manter o Iuperj em seu complexo institucional, sobretudo para conservar viva e florescente sua antiga tradição de centro de excelência em pesquisa em Ciências Sociais.

Ricardo Galvão: CBPF deve atuar na socialização do avanço científico

Ao assumir a direção do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em sessão solene no dia 5 de agosto, Galvão afirmou ser "absolutamente essencial que os avanços científicos obtidos no país colaborem efetivamente para nosso progresso tecnológico e melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos".

O físico da USP, indicado por Comitê de Busca presidido por Roberto Salmeron, substituiu João dos Anjos, que dirigiu o CBPF nos últimos quatro anos.

O ato de posse, realizado no auditório do CBPF e presidido pelo secretário-executivo do MCT, Luis Fernandes, contou com a presença de membros da comunidade científica brasileira, como José Leite Lopes, Jaime Tiomno, Israel Vargas, Roberto Salmeron, Fernando Zawislak, Sergio Rezende, Luiz Davidovich, Elisa Frota Pessoa, Fernando de Souza Barros, Feliciano Sánchez, entre outros.

O novo diretor captou o clima de apoio ao CBPF e afirmou: "A destacada presença de líderes da comunidade científica nesta cerimônia não se deve ao prestígio que qualquer um de nós possa ter, mas certamente ao desejo de manifestar explicitamente o apreço pelo CBPF e os votos de que continue a desempenhar o papel histórico de liderança científica sonhado pelos seus fundadores."

Galvão enfatizou, por outro lado, a necessidade de que os avanços científicos colaborem efetivamente para o progresso tecnológico do país e para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Para ele, o CBPF tem tudo para atender tal objetivo. "Temos a qualidade científica, a capacitação técnica e a experiência para organizar a participação em grandes projetos internacionais, e a infra-es-



trutura, a disponibilidade e a capacidade administrativa para articular a colaboração entre diferentes grupos nacionais."

O secretário-executivo do MCT aproveitou para informar a decisão do ministério de que o Instituto de Cosmologia, criado em 2003 sob a liderança de Mário Novelo, será alocado no CBPF mas terá verba própria independente da do Centro.

Para ele, esta é a solução que melhor atende aos interesses do CBPF e de seu grupo de pesquisa em Cosmologia, respaldando as duas partes.

Cabe ainda registrar a presença de Avílio Antônio Franco, subsecretário das Unidades de Pesquisa do MCT; do diretor do Departamento de Difusão e Popularização da Ciência do MCT, Ildeu de Castro Moreira (UFRJ); do presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Odair Dias Gonçalves; do diretor do Inpe, Luiz Miranda, do general Agnos Moreira e do físico Ronald Shellard, do Projeto Auger.

Urgência em capacitar docentes

A Capes investe R\$ 2,5 milhões no plano emergencial para capacitar docentes das Universidades federais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde é maior o déficit de professores mestres e doutores. Muitos professores, ali, não têm sequer a titulação mínima. O déficit chega a 60% e até mais. O apoio emergencial prioriza: Universidades federais sem, ou com poucos, cursos de pós-graduação; candidatos ao doutorado; compromisso dos reitores de privilegiar nos próximos concursos vagas para professores adjuntos; instituições com participação no projeto Casadinho/CNPq; e compromisso das instituições de planejar a aplicação dos recursos de bolsa a partir de 2005. O apoio emergencial vai de julho a dezembro deste

ano. Sua continuidade dependerá do planejamento apresentado pela Universidade. A Capes dá preferência às Universidades Federais do TO, AP, RO, RR, PI, MA e SE, com menor número de cursos de pós-graduação. O Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm 577 docentes fazendo pós-graduação em centros do Brasil.

A Capes formou 8.094 doutores, em 2003, e cerca de sete mil, em 2002. O Casadinho/CNPq, projeto lançado no fim de 2003 para apoiar financeiramente cursos de pós-graduação no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de conceitos 3 e 4 na Capes, por meio de cursos com conceitos 6 e 7 de qualquer região do Brasil, mediante avaliação dos projetos apresentados ao CNPq. A Capes participa concedendo bolsas.

CNPq apóia 158 revistas científicas

Resultado do edital do CNPq de apoio a publicações: aprovados 158 projetos, a serem financiados em itens como aquisição de material de consumo, contratação de serviços de terceiros e serviços gráficos de arte-final e de impressão do periódico.

No caso de revistas eletrônicas, incluem-se a prestação de serviços para a preparação, geração e manutenção da publicação eletrônica e despesas relacionadas com a residência da base de dados em servidor. As propostas aprovadas serão financiadas com cerca de R\$ 2,5 milhões do Tesouro Nacional. O CNPq julga prioritário apoiar revistas eletrônicas, em todas as áreas do conhecimento, mantidas e editadas por entidade científica brasileira, sem fins lu-

crativos, que contribua para elevar o nível de qualidade, forma e conteúdo das revistas nacionais de C&T, com divulgação no país e exterior. As instituições selecionadas devem aportar à proposta contrapartida referente a recursos financeiros ou não financeiros necessários para sua execução e que possam ser economicamente mensuráveis e demonstráveis, pois o apoio editorial é complementar. As publicações beneficiadas — anais, cadernos, revistas e boletins das mais diversas áreas — foram analisadas pelo Grupo Assessor em Editoração e Comitê Editorial do CNPq e aprovadas pela sua Diretoria Executiva.

Veja no site: <www.cnpq.br/resultados/julgamento/edital_cnpq022004_editorial.htm>

O atual projeto de lei pode atingir o objetivo de alavancar significativamente a inovação nas empresas brasileiras?

- O projeto tem pontos questionáveis. Primeiro, o rebatimento disso dentro de uma perspectiva de longo prazo. Países que adotaram este tipo de procedimento bem antes do Brasil, nos anos 90, hoje já estão considerando os problemas advindos de iniciativas de curto prazo sem pensar na sustentabilidade dessas ações. Por exemplo, se são transferidos hoje para o setor produtivo os recursos humanos, equipamentos e até mesmo recursos financeiros, como ficam a Universidade e os centros de pesquisa, que levaram anos para conseguir esses equipamentos e essas capacitações? Se isso não for retroalimentado, num segundo momento não haverá qualidade na formação e nas atividades de ensino e pesquisa, muito menos para continuar efetivando essa transferência. No caso brasileiro, o presidente da SBPC, Ennio Candotti, fez colocações bem interessantes. A primeira é que a lei é muito centrada no desenvolvimento produtivo e na questão de inovação tecnológica. Se a idéia é aproximar os conhecimentos gerados na Universidade, a lei poderia prever a aproximação como um todo, não só do setor produtivo, mas da sociedade brasileira. Talvez mais efetivo que uma lei seria o governo ter uma política de compra de produtos nacionais, desenvolvidos com tecnologia brasileira, como vários outros países fizeram. O mais célebre é o caso dos EUA, com o "Buy American Act". Usar o poder de compra do Estado para que a demanda por produtos nacionais seja cada vez mais efetiva e qualificada é um grande e real estímulo de mercado para a produção de bens e serviços. Outra questão é que seria preciso orientar professores e pesquisadores a olharem para as necessidades da sociedade brasileira, e não apenas para publicarem em periódicos de excelência. Que nos estimulassem a pensar nos problemas das nossas comunidades. Que ganhássemos pontos ao publicar num periódico do exterior, mas também por estarmos preocupados em resolver uma doença brasileira, um problema social ou da produção de uma micro ou pequena empresa. Tudo isso é complementar, não precisa ser alternativo, e poderia ajudar um projeto a dar mais certo.

Você considera, então, a Lei de Inovação uma iniciativa muito tímida?

- A lei pode ser um primeiro passo, mas há outras questões além da econômica. É preciso pensar na questão ambiental, ecológica, da exploração da Amazônia, como a SBPC vem colocando. Como primeiro passo é interessante pensar no melhor casa-

Helena Lastres propõe experiência piloto para a nova Lei de Inovação

Doutora em Política Científica e Tecnológica e Industrialização, economista do Grupo de Inovação do Instituto de Economia da UFRJ, Helena Lastres diz ao JC que a nova lei deveria ser parte de uma política mais ampla e que o poder de compra do Estado precisa ser muito mais utilizado para impulsionar a inovação.



mento entre Universidade e empresa. Mas é complicado passar de um recurso conhecido como público e coletivo para uma apropriação privada. É possível fazer esse casamento sem modificar necessariamente o conceito que se tem do que é gerar conhecimento nas Universidades públicas, estimulando, por exemplo os pesquisadores a orientarem teses ou fazerem pesquisas sobre assuntos de interesse local, regional ou nacional. E também com a contratação de serviços públicos em todas as áreas. É preciso estimular ações que gerem maior desenvolvimento e equilíbrio nacional, inserção de regiões que estão excluídas. Temos visto, no estudo de arranjos produtivos locais, os governos municipais desempenharem papel importante, comprando produtos agrícolas de regiões pequenas para a merenda escolar. É possível ajudar um pequeno núcleo de produtores a se desenvolver, mas, se ele não tiver para quem vender, o negócio não vai para a frente. É preciso que o governo entre de novo, comprando aqueles produtos e encaminhando para finalidades sociais da maior relevância. Esse é um casamento perfeito e um estímulo fantástico à inovação.

Será que o Governo tem consciência de que a lei é pequena diante do quadro que você desenha?

- Creio que sim, e creio que também haja a preocupação de começar por algum lugar. De qualquer forma, acho que o debate sobre isso tudo é muito importante. Mesmo que a consciência esteja lá, nada melhor que vários de nós para lembrar que outros passos são também adequados. E talvez mais simples e mais efetivos. É lógico que o Governo deve ter consciência de tudo. Há especialistas trabalhando no assunto há 20, 30 anos. Oziris Silva, por exemplo, declarou em debate na Câmara que, apesar de apoiar a Lei de Inovação, acha que o uso do

poder de compra do Estado teria um efeito muito mais efetivo e talvez até sustentável, se estamos pensando em longo prazo.

Como se regulamenta o poder de compra do Estado?

- Há vários meios, inclusive o informal. Lembro de uma apresentação de um membro do governo de Israel dizendo que, na Constituição do país, 5% dos recursos públicos gastos têm que se voltar à micro e pequena empresa. E deve haver outros exemplos no mundo. Sempre confio mais nas ações efetivas, pois o fato de se ter uma lei ou um decreto não garante que as organizações vão se portar de modo diferente. Nesse sentido, um dos grandes desafios da Lei de Inovação é exatamente atuar nesse contexto — caracterizado como macroeconômico maligno em termos de desenvolvimento industrial e tecnológico, com altas taxas de juros e de câmbio — e esperar que as empresas sejam extremamente inovadoras. No final dos anos 80, quando tínhamos uma hiperinflação, a empresa estava preocupada em equacionar o pagamento da mão-de-obra e pouco podia pensar em questões de alto risco e longo prazo, como é a inovação. Algumas empresas fechavam, e ainda fecham, para investir especulativamente no mercado financeiro, porque o retorno é grande e o risco é relativamente pequeno. Dizer que se vai estimular as empresas a inovarem num cenário como esse é sempre um desafio. Há muitos desafios, e acho que o melhor é experimentar para ver o que acontece. É sempre muito complicado dizer o que vai ou não dar certo antes de aplicá-la. Os possíveis problemas serão advindos de como equacionar a questão da parceria, das trocas e transferências sem fragilizar mais ainda a estrutura de ensino e pesquisa pública, que já enfrenta sérios problemas. Outro ponto é que, se essa lei está tocando na delicada questão de apropriação e privatização do conhecimento pelo setor privado, é preciso discutir de forma mais ampla seus possíveis efeitos.

Na sua avaliação, a discussão sobre inovação deveria caminhar junto com os debates relativos à reforma universitária, já que estão tão relacionados?

- Creio que sim. O ideal seria que estas discussões não fossem, e acredito que não devam ser, separadas, distintas, e sim cruzadas. Quem vem tratando da lei

não deve esquecer que, ao mesmo tempo, há essa discussão importantíssima acontecendo. Por outro lado, a discussão também deve envolver o setor empresarial. Há algumas idéias interessantes advindas desse setor. Não tenho, por exemplo, uma avaliação da política de incentivos fiscais do Ministério de C&T, mas lembro no governo passado que os incentivos para empresas desenvolverem programas de pesquisa e desenvolvimento aumentaram exponencialmente. Seria interessante ver esses resultados, porque é uma forma de avaliar em que tipo de inovação o setor empresarial está efetivamente interessado. Juntar essas coisas é importante, porque senão fica só em suposição. Uma coisa é o esforço em pesquisa, outra é a inovação em si. A definição de inovação é isso, quando o setor produtivo incorpora uma nova idéia, um novo conhecimento. Por isso é importante não pensar só em tecnologia. A inovação técnica é importantíssima, mas tem uma série de outras inovações que são da maior importância para um conjunto de segmentos, dentre eles os sociais, que acabam esquecidos pela forma como a inovação é tradicionalmente vista no mundo, e não só no Brasil. Com o governo atual, que tem chamado atenção para as questões sociais, talvez seja a hora de fazer essa mudança mais ampla.

Mas a comunidade empresarial tem debatido esse projeto?

- Tenho visto algumas representações empresariais de São Paulo participando da discussão. Mas isso é importantíssimo. Uma das colocações que se faz é sobre quem vai se beneficiar de fato com a lei. Talvez uma idéia propositiva bem interessante seja fazer um piloto da lei, antes dela funcionar, para que se possa discutir e avaliar os resultados. Se recursos serão carregados para as regiões mais desenvolvidas, é preciso avaliar se, com isso, não teremos uma consequência ainda mais centralizadora dos recursos financeiros, humanos e instrumentais nessas regiões. Não podemos esquecer que o Brasil é muito mais do que isso. E a avaliação dos empresários tem sido positiva, por isso acho que valeria a pena saber que tipo concreto de resultados são vislumbrados, e daí ter a idéia do piloto.

Como implantar o piloto?

- Seria colocar a lei para funcionar com algum caso. Os segmentos empresariais têm se manifestado, então quem alguém faça uma proposta de como usar as possibilidades permitidas pela lei. Uma empresa poderia solicitar um pesquisador, e aplicar o que está previsto pela lei. Seria bom até fazer isso numa região com mais dificuldades que o Centro-Sul, ficaria mais interessante ainda.

O presidente da Capes recorreu que o Proex foi criado para atender de forma mais ágil aos 149 cursos de pós-graduação com conceitos 6 e 7. No entanto, pró-reitores de muitas Universidades se opuseram ao programa, alegando que o procedimento de repassar recursos da Capes diretamente aos cursos de pós-graduação rompia com o princípio da autonomia universitária.

Segundo Jorge Guimarães, o percentual destinado ao Proex seria apenas de 16-18%. Todos os demais recursos da Capes continuariam a ser entregues aos pró-reitores.

Mesmo com a manifestação de todos os cursos com notas 6-7, que se mostraram interessados em aderir ao Proex, muitas Pró-reitorias — responsáveis pelo encaminhamento da adesão — decidiram não fazê-lo, o que inviabilizou o Proex na raiz.

Jorge Guimarães informou que haverá uma discussão interna no MEC para se tentar resolver o impasse.

Em favor da relação Capes-Pró-reitoria - José Ricardo Bergmann, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da PUC/RJ e presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop), encaminhou ao presidente da Capes documento, datado de 26/7, externando a preocupação dos pró-reitores com a nova forma de gestão dos recursos do Proex.

Embora manifeste satisfação com a apresentação do Proex e suas premissas — recursos adicionais, o conceito de orçamento anual e o estabelecimento de metas acadêmicas, maior flexibilidade e autonomia no gerenciamento dos recursos para os 149 programas *stricto sensu* com conceito 6 ou 7 —, o documento sugere alterações, baseadas nos seguintes princípios:

"1) Relação entre a Capes e Instituições de Ensino Superior. Historicamente, a relação entre Capes e IES que oferecem programas de pós-graduação *stricto sensu* sempre se deu via Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ou órgão equivalente. É nosso entendimento que esta relação deva ser mantida. Acreditamos que, conjuntamente com o Sistema Nacional de Avaliação, a relação institucional entre a Capes e Pró-Reitorias Acadêmicas das IES são dois pilares fundamentais da Capes, das IES e do Sistema Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu* construído nos últimos trinta anos. Tal como concebido, o Proex quebraria um desses pilares ao utilizar como interlocutor da IES a Coordenação do Programa de Pós-Graduação e não a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (...). Assim, sugerimos que no Regulamento do Proex a relação da Capes com as IES seja estabelecida via Pró-Reitoria de Pesquisa e

Suspensão do Programa Proex preocupa comunidade acadêmica

O Programa de Excelência Acadêmica da Capes foi suspenso, em 6 de agosto, em vista da reação de pró-reitores, sobretudo de Universidades da região Sudeste, contrários ao repasse de recursos diretamente aos cursos de pós-graduação beneficiados, como explicou o presidente da Capes, Jorge Guimarães.

Pós-Graduação.

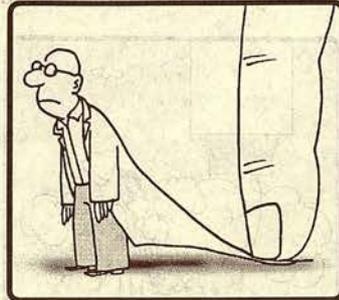
2) Transferência de recursos do Tesouro para manutenção das atividades fim das IES. Entendemos, por princípio, que os recursos destinados à manutenção dos programas de pós-graduação *stricto sensu* devem ser recebidos via conta única, através de convênio específico assinado pelo dirigente máximo de cada IES, para então serem utilizados através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ou órgão equivalente. A possibilidade de utilização do Saux — conta tipo B em nome do coordenador do Programa de Pós-Graduação — para pagamento das bolsas e gerenciamento dos recursos de custeio e capital quebra esse princípio. São tantas as implicações de responsabilidade fiscal, administrativas e contábeis que essa modificação traria que sequer vamos enumerar seus possíveis impactos. É nossa opinião que os recursos da Capes destinados à manutenção dos programas de pós-graduação *stricto sensu* sejam enviados através de convênios com as IES e, portanto, sujeitos aos instrumentos de acompanhamento previstos na legislação e em normas institucionais. Por se tratar de programas institucionais com concessão de grau de mestre e doutor, parecem inadequados que se estabeleçam mecanismos análogos aos de fomento à pesquisa."

Para Newton Souza Gomes, pró-reitor da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e coordenador da Regional Sudeste do Foprop, a mudança vai fragilizar a relação das Pró-Reitorias com a Capes. "Nossa relação, desde o início, funcionou muito bem. Não se mexe em time que está ganhando", disse.

Lembrando que a questão da centralização de recursos na região Sudeste — onde se concentra a maior parte dos cursos com conceitos 6 e 7 — nem está sendo discutida ("Até isso a gente engole", manifestou), Newton exemplifica como a gerência de recursos pelas Pró-reitorias é mais inteligente e salutar.

"Hoje há 149 programas de excelência, mas daqui a 10 anos poderão ser mais de mil. Imagine como ficará o controle desses recursos repassados a cada coordenador de programa? Será uma torre de babel", avalia.

A vice-presidente do Foprop e pró-reitora da UFG, Eliana Martins Lima, ressalta que o recurso do Proex é institucional e assim deve ser gerenciado, e não como auxílio à pesquisa,



destinado diretamente ao pesquisador — neste caso, o coordenador do Programa de Pós-Graduação. "O apoio ao Proex no formato atual é dado por quem está vendo este recurso como fomento à pesquisa, o que não é", entende a pró-reitora.

E, em coro com Newton Souza Gomes e com José Ricardo Bergmann, Eliana refuta a acusação de alguns pesquisadores: "Sob nenhum aspecto estamos preocupados com a perda de autoridade. O que queremos é manter a gestão institucional".

Protestos - Carlos Fausto, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, lembra que a crítica ao Proex envolve três aspectos principais: o lado gerencial (a relação direta entre a Capes e as PGs); a questão financeira (ligada às pró-reitorias); e o aspecto político (o temor da divisão entre Programas de excelência e o resto da Universidade).

Para ele, os três pontos são legítimos, mas merecem reflexão profunda para que se evitem possíveis efeitos negativos do Proex sobre o sistema universitário em geral.

"Alguns passos já haviam sido dados nessa direção e, certamente, há ainda espaço de negociação para encontrar soluções conciliatórias, de modo a evitar o maior prejuízo concebível: a suspensão do Proex e das verbas a ele alocadas", diz.

Carlos Fausto ressalta que é preciso agir com rapidez e serenidade, buscando soluções criativas e evitando polarizações desnecessárias. "Se isso não for feito, teremos mais um ano perdido. O ano de 2003 foi extremamente difícil para a pós-graduação, mas nada comparável a este", analisa o pesquisador, referindo-se ao atraso no anúncio das bolsas para a pós e à greve dos funcionários técnicos-administrativos.

Outros coordenadores de Programas de Pós-Graduação, como José Eisenberg e Celi

Scalon, do IUPERJ, manifestaram pesar com a suspensão do Proex e solicitaram uma decisão clara, rápida e definitiva sobre o modo de apoio que a Capes virá a oferecer aos cursos 6 e 7.

Marcelo Santoro, coordenador do Pós-Graduação em Bioquímica e Imunologia do ICB/UFMG, lembra que o repasse para seu curso foi recentemente definido e confirmado pela Capes. "Considerávamos, assim, como certa a implantação do Programa ainda neste semestre. Solicitamos, portanto, maiores esclarecimentos dos motivos da repentina suspensão do Proex, bem como da previsão de retomada da sua implementação", diz em carta à Capes.

Também a Associação Nacional de História (Anpuh) manifestou-se contra a suspensão do Proex, em carta encaminhada ao ministro Tarso Genro e assinada pelo presidente da entidade, Luiz Carlos Soares. Para ele, o Proex significaria uma gestão mais racional dos recursos e um apoio mais direto e efetivo à pós-graduação brasileira.

A entidade solicita a revogação da suspensão do programa e critica a posição dos pró-reitores. "Entendemos que não podemos sucumbir à pressão de setores encastelados na burocracia universitária, que sentiriam uma redução de seus poderes sem a intermediação dos recursos fornecidos pela Capes para os Programas de Pós-Graduação".

Moção - Os pesquisadores da UFRJ Sérgio T. Ferreira, chefe do Departamento de Bioquímica Médica, Angela Hampshire Lopes, diretora do Instituto de Microbiologia Prof. Paulo de Góes, e Rafael Linden, diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, lançaram em 11/8 documento reafirmando apoio e adesão ao Proex em nome de seus institutos.

Eles afirmam que não sabem os motivos da decisão, mas conhecem suas consequências. "A não-implantação do programa significará, para os cursos 6 e 7, a manutenção da atual malha burocrática, que, por muitas vezes, dificulta ações interessantes e iniciativas inovadoras por parte dos cursos. Também significará um retrocesso nas ações institucionais, já que parcerias entre Programas de Pós-Graduação de conceitos 6 e 7 com cursos ainda menos consolidados (conceitos 3-4) estavam também previstas no programa e, portanto, não serão contempladas ou poderão ser adiadas".

Roberto Bartholo deixa Capes - Em meio às discussões sobre o Proex, o diretor de Programas da Capes pediu demissão do cargo. Bartholo vinha exercendo a função desde a gestão do presidente anterior, Marcel Bursztyn. Jorge Guimarães, assume o cargo interinamente até a escolha de novo nome.

Muito se tem falado sobre o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), não apenas para lamentar o acidente com o VLS-1 (Veículo Lançador de Satélites) em 22 agosto de 2003, como também para enfatizar as excelentes condições do local para lançamentos espaciais (proximidade da Linha do Equador), capaz de permitir a entrada do Brasil no mercado mundial de lançamentos comerciais.

Mas, há outro ângulo, do qual pouco se fala e que, particularmente quando se discute o projeto de expansão do CLA, deve ser considerado. Um ângulo que nos traz do espaço de volta à Terra — à terra de Alcântara.

Trata-se de sua gente, remanescente de quilombo, que ali ficou vivendo das tradições culturais herdadas do legado da escravidão, porém cultivando, em liberdade, valores comunitários próprios de seus quase três séculos de existência.

Sua permanência na região das antigas plantações de algodão consolidou-se no período pombalino e constituiu a afirmação de uma identidade marcada pela demolição das casas-grandes e dos engenhos abandonados, processo de desconstrução das ruínas da aristocracia para construir nova forma — o qui-

Alcântara: população em obliúvio

Ingrid Sarti*

O conflito está a exigir o recurso democrático do diálogo, não só para reparar os danos causados à comunidade quilombola como para legitimar o Programa Espacial Brasileiro e permitir seu êxito



lombo, que ali recia sua cultura.

A 56ª Reunião Anual da SBPC, na UFMT, em Cuiabá, debateu o caso no simpósio "Territórios étnicos e conflitos na base de lançamentos de Alcântara", com exibição do documentário "Terras de quilombo — uma dívida histórica" (Murilo Santos, 2004, da Associação Brasileira de Antropologia — Aba), baseado no laudo antropológico que constitui o mais completo documento produzido sobre a situação social na área, de autoria de

Alfredo Wagner.

Por que conflito? Porque, em que pese o privilégio do local para assentar o CLA, sua área é ocupada pelo Ministério da Aeronáutica desde os anos 80. O CLA pretende ocupar 62 mil hectares, incidentes no território étnico das comunidades remanescentes de quilombos, que hoje corresponde a 85 mil hectares.

Nessa área, vivem cerca de 2.500 famílias direta ou indiretamente atingidas pela implantação do CLA, que praticam a agricultura, a pesca e o extrativismo.

Para a implantação do CLA foram remanejadas perto de 300 famílias de 30 povoados e, para sua expansão, está previsto o deslocamento de outras 470 famílias. A população foi afastada da terra que era sua, do mar que lhe dava o peixe e dos frutos que cultivava. Deixou para trás os mortos que pranteava e que lhe davam a identidade numa cultura autônoma e fortemente centrada na importância da ances-

tralidade e da religiosidade.

Compulsoriamente transferida para agrovilas, em terras improdutivas (quartozas) de lotes diminutos e sem proximidade de recursos hídricos, essa população vive hoje em regime de escassez e sem conseguir reproduzir a unidade de trabalho familiar, posto que os núcleos familiares foram desagregados.

Mas, o malogro das agrovilas não é definido apenas por razões econômicas. A experiência de remanejamento e as condições dos novos locais de habitação destroem a herança cultural e material e anulam a referência identificatória do remanescente de quilombo, dada pelo sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico.

Em consequência, cresce a resistência a qualquer forma de deslocamento enquanto se generaliza a desconfiança em relação a qualquer ação do CLA.

São mais de duas décadas de um conflito. A desapropriação desrespeita a Constituição de 88, que reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (art. 68 do ADCT). Trata-se, como consta de parecer jurídico do MP, de nítido conflito entre o direito das comunidades negras em preservar seu peculiar modo de ser e fazer e as razões de Estado que levaram à implantação do CLA. Um conflito que está a exigir o recurso democrático do diálogo, não só para reparar os danos causados à comunidade quilombola, como para legitimar o Programa Espacial Brasileiro e lhe abrir o caminho do êxito. Visando superar a restaurar a confiabilidade mútua, é necessário rever os procedimentos que menosprezaram as diferenças étnicas e culturais, reconhecer a relevância do território étnico para as famílias atingidas, reparar os danos provocados pelos impactos e estabelecer formas de interlocução e diálogo permanentes.

Quando sopram os ventos da democracia, é preciso empenho para que a negociação entre as partes confirme o progresso da ciência como promotor do bem público e fator de afirmação da segurança e bem-estar de todos os cidadãos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação.

Com apoio da comunidade acadêmica do Maranhão, a gente de Alcântara se organiza e pede passagem em Brasília, no Congresso Nacional e no Ministério Público Federal.

* Socióloga, professora do IFCS/UFRJ, dirige o Programa da SBPC de Interlocução entre Comunidade Científica e Congresso Nacional, em Brasília.

Brasil e China decidem construir o Cbers-2B

O Cbers-2B será "satélite tampão" entre o fim do Cbers-2, em 2006, e o início do Cbers-3, em 2008. A China não admite que o sistema Cbers sofra interrupção, o que prova sua relevância estratégica.

A China queria antecipar o lançamento do Cbers-3, para coincidir com o fim do Cbers-2, em 2006, mas o Inpe considerou o plano inviável no prazo exigido. Daí a idéia do Cbers-2B, um clone do Cbers-2, mais fácil e rápido de fazer. A cooperação espacial com a China demonstra mais uma vez ser nosso principal programa internacional no setor. Fruto de uma série de acordos nem sempre cumpridos, iniciada em 1988, passou por perigosas turbulências que quase a extinguiram. Mas, hoje, seus resultados são altamente positivos e mutuamente vantajosos.

No início, ela foi definida com o primeiro grande projeto de cooperação espacial Sul-Sul envolvendo tecnologia de ponta. O mérito da iniciativa cabe ao primeiro ministro da C&T no Brasil, Renato Archer, que ocupou o cargo de 1985 a 87. Ele vislumbrou a grata realidade atual. E promoveu todas as negociações necessárias. Entre os negociadores estavam Celso Amorim, hoje ministro das Relações Exteriores, Marco Antônio Raupp (hoje diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica — LNCC), então diretor do Inpe, e José Raimundo, engenheiro do Inpe, que, durante mui-

tos anos, foi o gerente brasileiro do projeto. Louve-se ainda o papel decisivo de outro diplomata, Roberto Abdenur, hoje embaixador nos EUA, que representava o Brasil em Beijing no início dos anos 90, e defendeu o acordo espacial com a China, que o Governo Collor queria eliminar.

O acordo previa a construção de dois satélites de observação dos recursos naturais da Terra — o Cbers-1 e o 2. Cbers quer dizer *Chinese-Brazilian Earth Resources Satellite* (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Naturais). O Cbers-1, lançado em 1999, não teve o êxito esperado, apesar de alguns aspectos positivos. Já o 2, lançado em outubro de 2003, vai muito bem, obrigado. Suas imagens são consideradas excelentes. Mas há um problema: sua vida útil está prevista para apenas dois anos. Pode até durar mais. Mas a garantia é para dois anos. A cooperação foi tão bem-sucedida que Brasil e China resolveram, em 2002, construir mais dois satélites, o Cbers-3 e o 4, dando longo prazo ao programa. Como o 3 deve ser lançado só em 2008, surgiu o risco de faltar imagens na fase entre a desativação do 2, em 2006, e o início da operação do 3. A solução é o 2B, que, como o 2, será

lançado da China. Ao Brasil caberá integrá-lo, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos, SP. Para sua construção e lançamento, mantém-se a divisão anterior: a China entra com 70% e o Brasil, com 30%. Já o Cbers-3 e o 4 serão criados em bases paritárias. Os dois países entram com partes iguais. Sendo que o 4, com lançamento previsto para 2010, poderá ser lançado de Alcântara, se, então, houver condições para isso.

Em junho, o catálogo de imagens do Cbers-2 foi colocado de graça à disposição do público em todo o Brasil. Anote o site: <www.obt.inpe.br/catalogo>.

Para acessar, basta preencher um cadastro. O Inpe prevê distribuir em 2004 15 mil imagens do Cbers-2. Este número será facilmente superado, pois até agora, em agosto, já foram distribuídas mais de 12 mil imagens. O Brasil, na verdade, precisa cada vez mais das imagens do Cbers. Elas já têm papel essencial no acompanhamento das queimadas na Amazônia.

E os brasileiros, como bem diz Gilberto Câmara, da área de satélites do Inpe, têm, enfim, nas imagens do Cbers, prova palpável de nosso Programa Espacial.

Decreto do Presidente Lula criou há pouco a Semana Nacional de C&T, de 18 a 24 de outubro próximo. A iniciativa, coordenada pelo Depto. de Popularização e Difusão da C&T do MCT, contará com a participação de centenas de entidades civis e governamentais e visa "criar um mecanismo que mobilize a população em torno dos temas e da importância da ciência e tecnologia e contribua para a popularização da ciência de forma mais integrada nacionalmente", segundo Ildeu de Castro Moreira, diretor do citado departamento e um dos principais articuladores do evento.

A julgar pelo número de adesões e pelo entusiasmo dos representantes de mais de 60 instituições que compareceram à mais recente reunião preparatória no RJ, a semana será um sucesso. E essa é apenas uma das inúmeras iniciativas que têm ocorrido no Brasil no campo da educação em ciências. O momento é, portanto, propício para refletirmos sobre como anda a popularização da ciência no Brasil.

Em 2005, quando o Brasil sediará o IV Congresso Mundial de Centros e Museus de Ciência, a organização privada Vitae — maior financiadora nacional do setor — cerrará suas portas. Uma enorme perda, já que no 1º edital público para o setor lançado pelo atual governo, via CNPq, no final de 2003, foram destinados R\$ 4 milhões, disputados por cerca de 100 instituições ligadas à popularização da ciência no Brasil. Só a Vitae investiu R\$ 98,7 milhões desde 1985, sendo R\$ 7,7 milhões no último ano. O encerramento das atividades, segundo a gerente de projetos da instituição, Conceição Bongiovanni, "é consequência da crise econômica mundial que afetou a rentabilidade dos fundos de manutenção das instituições e da opção por fazer mais em menos tempo do que fazer pouco por muito tempo".

O objetivo principal dos Centros e Museus de Ciência é a educação científica da comunidade, "como contribuição especialmente relevante para a melhoria da qualidade de vida, com impacto em todas as demais áreas: saúde, educação, formação política etc", diz Conceição Bongiovanni, justificando o porquê de a maior parte das verbas da empresa estarem alocadas na educação científica.

A educação para a ciência é parte integrante do processo educacional. O Brasil é reconhecidamente deficitário em suas metas educacionais em geral e na educação científica em particular. Boa parte do esforço educacional cabe aos governos federal, estadual ou municipal, e passa necessariamente pelas escolas. No entanto,

Popularização da ciência no Brasil

Pedro Muanis Persechini e Cecília Cavalcanti *

Os Centros e Museus de Ciência podem desempenhar papel fundamental. Neles o público pode não apenas se informar, mas, principalmente, vivenciar o processo científico, suas maravilhas, seus problemas, seus perigos e suas limitações.

fora delas, brotam por todo lado iniciativas que permitem ao cidadão acompanhar o progresso científico, se informar para poder tomar decisões esclarecidas, aprender a cuidar melhor de sua saúde, ou simplesmente matar a curiosidade e se deliciar com suas próprias descobertas.

É o que podemos chamar de "sistema nacional de popularização da ciência" que tem criado entre nós verdadeira mania por ciência. Iniciativas que vão do noticiário científico a museus interativos de ciências, passando por revistas de divulgação científica e temas de escolas de samba, e que têm aproximado o cidadão da ciência. Em particular, os Centros e Museus de Ciência despontam como locais privilegiados onde a sociedade pode participar do processo de desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

"O mais importante é provocar o público. Quando fazemos uma atividade, queremos que o público passe a fazer mais perguntas. Com certeza, após o desfile da Unidos da Tijuca, quem não sabia passou a questionar o que é DNA", diz Fátima Brito, diretora-executiva da Casa da Ciência/UFRJ, responsável pela assessoria científica do carnavalesco Paulo Barros, da Unidos da Tijuca, escola de samba que ficou em 2º lugar no Carnaval carioca, com o enredo "O sonho da criação e a criação do sonho: a arte da ciência no tempo do impossível".

Ciência de massa - Na hora do jantar, família reunida, os telejornais anunciam com destaque: o próximo bloco vai tratar da pesquisa brasileira sobre células-tronco. Através de belas imagens capturadas em microscópios, esquemas explicativos, textos claros e entrevistas com cientistas, o telespectador é informado sobre avanços científicos e as possíveis aplicações desse campo do conhecimento. Em seguida é chamado a refletir sobre as leis que tramitam no Congresso Nacional e que regulamentam a pesquisa e o uso de organismos geneticamente modificados. Importantes questões de saúde, meio ambiente, ética e moral estão em discussão e o cidadão tem sido cada vez mais chamado a ter opinião e a tomar decisões sobre temas que envolvem a ciência e que podem afetar sua vida. "O importante é a criação de opinião pú-



blica com o estímulo ao debate", diz Walter Staveloz, diretor-executivo da European Collaborative for Science, Industry and Technology Exhibitions (Ecsite). José Ribamar Ferreira, diretor-executivo do Museu da Vida/Fiocruz e da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), afirma que "um dos grandes desafios sociais que enfrentamos é o de criar palcos de discussão das questões contemporâneas, habilitando todas as pessoas a terem condições de exercerem a cidadania, podendo optar pelos riscos que querem ou não correr em prol de sua saúde e desenvolvimento".

Educadores, cientistas, autoridades governamentais, empresas, ONGs e outros agentes da sociedade há muito já tomaram consciência da necessidade de ampliarmos e melhorarmos nosso sistema educacional. A educação para ciências, por sua vez, vem incorporando-se às plataformas partidárias e aos programas de governo, geralmente associada à idéia de "desenvolvimento científico e tecnológico". Infelizmente, há vezes unissonas de que as ações necessárias para resolver o grande problema educacional brasileiro vêm sendo tomadas em um ritmo ainda insatisfatório.

Para Ernest Hamburger, ex-diretor do Estação Ciência/USP, "parece haver maior interesse deste governo pela popularização da ciência. Houve editais específicos para a área mas ainda com verbas reduzidas. O futuro depende da realização de novas ações". Fátima Brito afirma: "Precisamos fortalecer a política nacional de popularização da ciência. Os Centros e Museus de Ciência vivem com dificuldades, principalmente financeiras e, como a maioria é instituição pública, fica dependendo de repasse de verbas do governo. O que se faz ainda é muito pouco". Antônio Carlos Pavão, presidente

do Espaço Ciência, em Recife, radicaliza e sugere a fundação de um Centro de Ciências em cada esquina (ou pelo menos em cada cidade) ou "transformar as escolas em Centros de Ciências".

Bloco da ciência na rua - O povo brasileiro, como a América Latina em geral, tem se mostrado aberto à evolução da ciência e se adapta rapidamente a novas tecnologias, como provam as eleições totalmente informatizadas. O problema, na realidade, é de falta de oportunidade e de acesso ao conhecimento. Segundo Julian Betancourt, diretor do Museu da Ciência e do Jogo, da Universidade Nacional da Colômbia, e da Rede de Pequenos Museus interativos da Colômbia e Equador, e Julia Tagüeña, diretora-executiva da Rede de Popularização da Ciência e da Tecnologia na América Latina e Caribe (Rede-Pop), há certo consenso quanto à identificação dos problemas educacionais em geral e à educação para as ciências em particular, na América Latina. Mas, poucos governos têm se mostrado permeáveis a tomar as ações necessárias para resolver o problema educacional. "Discute-se muito, mas é difícil haver acordo sobre o que fazer", enfatiza Julia, referindo-se à dificuldade de superar divergências teóricas e políticas.

De fato, o déficit brasileiro em educação científica é enorme. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, apenas 20% das escolas brasileiras têm algum tipo de local que poderia ser chamado de laboratório para ensino de ciências.

Diante desse quadro, os Centros e Museus de Ciência são chamados a desempenhar importante papel também com relação ao ensino formal, quer se aproximando mais do cotidiano das escolas, como verdadeira extensão da sala de aula, quer organizando e se integrando a um conjunto de ações envolvendo bibliotecas públicas, televisão, mídia impressa e outras instituições. Como enfatiza Julian Bettancourt, "as escolas não têm mais o monopólio do saber, já que as novas tecnologias difundem com mais rapidez e eficácia

* Persechini é presidente do Espaço Ciência Viva, professor de Biofísica e Fisiologia do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho/UFRJ; Cecília é jornalista, assessora de Imprensa do Espaço Ciência Viva e Mestranda em Educação, Gestão e Difusão em Biotecnologia, Departamento de Bioquímica Médica/UFRJ.

(Continua na página 10)

(Continuação da página 9)

qualquer tipo de informação. Por isso, o ensino formal deve estar integrado às demais iniciativas de educação informal".

A participação de Centros e Museus de Ciência pode ainda se dar através de programas de capacitação profissional, instigando professores a novas atitudes pedagógicas, propondo temas de debate, criando laboratórios-modelo e materiais didáticos, estimulando alunos a demandarem mais das escolas e de seus professores e estimulando o interesse pela ciência.

Longe das limitações de currículos formais e divisões acadêmicas entre as diversas disciplinas — características ainda não superadas pelas Universidades, os centros oficiais de formação de professores —, Centros e Museus de Ciência têm liberdade para imprimir maior criatividade e dinamismo a suas ações, desenvolvendo atividades integradas que unem ciência, cultu-

Popularização da ciência no Brasil

ra e arte de forma lúdica e atrativa. O que, em geral, contrasta com a forma pouco estimulante que a ciência é freqüentemente apresentada nas escolas.

Ciência e Sociedade: via de mão dupla - Não só professores e alunos precisam de educação em ciência. Constantemente, todos estão sendo chamados para tomar decisões que envolvem temas tão complexos como organismos geneticamente modificados, desenvolvimento autossustentado, alterações globais no clima, clonagem humana, poluição, energia nuclear e tantos outros. Mas, não bastassem as carências de formação, o conhecimento científico está em constante mutação e costuma deixar desatualizados com rapidez até mesmo aqueles que lidam com ele no seu dia-a-dia.

Como, então, ficam aqueles que, independentemente da ida-

de ou nível educacional, não freqüentam mais as salas de aula?

É aí que Centros e Museus de Ciência podem desempenhar papel fundamental. Por estarem abertos a todo o público, suas ações vão muito além do ensino formal de ciências. Neles o público pode não apenas se informar, mas, sobretudo, vivenciar o processo científico, suas maravilhas, seus problemas, seus perigos e suas limitações, inerentes a toda atividade humana.

Por outro lado, cientistas esperam compreensão dos cidadãos e políticos para a liberação de verbas, aprovação de leis e outras iniciativas que lhes propiciem melhores condições de trabalho. Precisam, no entanto, entender que, num país onde as carências imediatas dos cidadãos são tão agudas e o dinheiro para investimento tão parco, isso só ocorrerá se a sociedade como um todo estiver convencida de sua importância. Freqüentemente ignorados pelos cientistas, os Centros e Museus de Ciência oferecem um ambiente único para a interação bidirecional entre ciência e sociedade, essencial para ambos. É quando cientistas discutem com a sociedade a importância do que fazem e esta por sua vez tem a oportunidade de influenciar a atividade científica.

No mundo todo, diversas iniciativas têm sido tomadas visando melhorar a compreensão que o público tem da ciência. Segundo Walter Staveloz, na França essa questão tem sido tratada com tanta importância que a liberação de verbas pelo governo atualmente vem junto com a exigência de que os cientistas agradecidos desenvolvam ações de divulgação científica envolvendo suas pesquisas. Surpresos, alguns cientistas têm relatado que, ao preparar material para divulgação (palestras para o público, entrevistas, artigos de divulgação etc), se vêem obrigados a refletir de forma diferente sobre o que fazem. Fora das âncoras do ambiente acadêmico e diante de olhos sedentos de conhecimento e perguntas inusitadas, o cientista vive uma experiência enriquecedora, que o faz refletir sobre seu trabalho e as consequências do que faz.

Os Centros e Museus de Ciência têm lá seus problemas também. Um deles, é que, embora haja um certo consenso de que tenham um papel importante a desempenhar, ninguém de fato aferiu com precisão o impacto de suas ações, e isso é imprescindível para seu planejamento estratégico. Outra questão é que, à parte dos problemas de financiamento, essas instituições apresentam dificuldades pró-

prias de ação. Segundo Fátima Brito, existe uma grande dificuldade para desenvolver atividades em parceria, e em especial tem sido difícil estabelecer colaboração com cientistas.

Visando superar essas dificuldades, a ABCMC tem procurado desenvolver ações que coordenem e integrem as atividades das instituições-membro. Segundo José Ribamar Ferreira, presidente da ABCMC, "é preciso construir redes de cooperação que permitirão aumentar a qualidade e o alcance de suas ações". Ponto também enfatizado por Julian Bettancourt, que acha essencial que Centros e Museus de Ciência se organizem tanto em grandes redes, como a RedPop da América Latina e do Caribe e a Excite da Comunidade Européia, quanto em pequenas redes regionais, como a Rede de Pequenos Museus Interativos da Colômbia, que congrega pequenos Centros e Museus de Ciência no interior daquele país.

No atual momento, em que há um consenso nacional sobre o papel da ciência e da educação como alavancas do processo de desenvolvimento do país, a sociedade tem feito sua parte criando uma rica mistura de iniciativas que tem contribuído para criar uma nova mania nacional: a ciência. As várias instâncias governamentais têm acenado com planos, iniciativas e financiamentos que podem melhorar e ampliar essas iniciativas, mas que ainda não resultaram em ações da amplitude necessária. A iniciativa privada descobriu caminhos importantes como mostra a experiência da Vitae. A sociedade já se mostrou receptiva. Há pouco, o presidente Lula declarou em Recife, no ato de assinatura de convênios MCT-UFPE, que "a revolução científica e tecnológica necessária ao Brasil não tem que ser inventada, o que precisamos inventar é uma nova relação entre o Governo e a comunidade científica" e que "a Universidade e os pesquisadores não são coadjuvantes mas parceiros na construção de um modelo para o país".

Parece que todos reconhecem a enormidade da distância que nos separa dos países desenvolvidos, sabem que a educação e a ciência são essenciais para a superação de nossa triste realidade e reconhecem que boa parte do trabalho deve se concentrar nas escolas. Resta então saber como os cientistas e a chamada "comunidade acadêmica" vão responder e se organizar para conduzir esse processo. Poucos são os que têm dedicado algum esforço para, de uma forma ou de outra, se comunicar com a sociedade. Um número ainda menor se dispõe a ouvi-la. Fica aí o desafio!

José Fernando Perez deixa a Fapesp

A decisão, anunciada em comunicado ao Conselho Superior da instituição no dia 11 de agosto, encerra uma trajetória de mais de dez anos como diretor-científico da fundação paulista.

Perez abdicará de sua função na Fapesp em favor de um empreendimento próprio: a Perez Pesquisa e Desenvolvimento S.A., que atuará no campo da criação de empresas de base tecnológica.

Ele deve permanecer no cargo pelo menos até o início de 2005 — só então um substituto será nomeado. O procedimento para a escolha de seu sucessor envolve a elaboração de uma lista triplíce, a ser submetida ao governador do SP, Geraldo Al-

ckmin. Os três nomes só devem ser anunciados em 10 de novembro.

"É um sonho que tenho há alguns anos", disse Perez, que não entregou o cargo em 2002 por conta da crise cambial que afetou seriamente os programas da Fapesp.

Para dedicar-se à nova empreitada, ele deverá também se aposentar da USP, onde é professor de física quântica. (Com dados da Folha de SP e de O Estado de SP de 12/8)

Mostra apresenta a ciência na TV

A 10ª edição da Ver Ciência - Mostra Internacional de Ciência na TV, a ser lançada em 31/8, no Centro Cultural Banco do Brasil, RJ, apresenta 70 programas produzidos por TVs de 22 países.

Com o tema geral "Inclusão Social pelo Conhecimento", a mostra permitirá ao público conferir o que as grandes emissoras de TV internacionais — como a BBC, da Inglaterra, a NHK, do Japão, a WGBH, dos EUA, a France 2 e a Deutsche Welle, da Alemanha — realizaram na área de divulgação de C&T nos últimos dois anos. A produção nacional também terá destaque.

Serão exibidos 30 programas brasileiros e 40 programas estrangeiros, legendados em português e quase todos inéditos no Brasil. Haverá atividades interativas e uma programação dedicada ao público escolar.

O programa conta ainda com palestras dos convidados Annick

Demeule, secretária-geral do festival Image et science, de Paris, e Mathew Barrett, diretor do programa Horizon, da BBC.

A mostra vem sendo realizada desde 1994, com patrocínio do Banco do Brasil e da Petrobras e apoio do Ministério da Cultura. A curadoria nacional é do psicólogo José Renato Monteiro e a internacional fica a cargo do jornalista Sérgio Brandão.

Depois do Rio, será a vez de Brasília receber a Ver Ciência 2004, de 5 a 10 outubro. A mostra passará também por São Paulo, Vitória e Curitiba.

Veja a programação completa no site <www.verciencia.com.br> (Com dados da Binômio Assessoria de Comunicação)

Breves

Procura-se um diretor para o ON - O MCT iniciou o processo de seleção do novo diretor do Observatório Nacional (ON). Um comitê de especialistas fará uma lista triplíce para que o ministro Eduardo Campos escolha um nome. As inscrições para o cargo devem ser encaminhadas até 10/9 para o e-mail <steiner@usp.br>, acompanhadas de *curriculum vitae* e de texto (com até cinco páginas) onde o candidato descreva sua visão de futuro para o ON. Mais informações com Fátima Moreno pelo fone: (11) 3091-3919.

CNPq - Ofício de 10/8 criou três novos comitês assessores: Tecnologia e Defesa, Bioética, e Inovação e Desenvolvimento Tecnológico em Biologia. Eliane Azevedo, titular de Bioética da UEFS, parabenizou Erney Camargo, presidente do CNPq, pela iniciativa de "criação do Comitê de Bioética, marco significante de sua administração, consciente da responsabilidade de promover avanço da ciência em sintonia com preocupações éticas interligadas".

FAP-PB tem novo presidente - É o economista Jurandir Antonio Xavier, que tomou posse em 16 de agosto. Ele era presidente da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (Cinep) e, em 1997, foi secretário de Planejamento e de C&T de Campina Grande.

Semana Nacional de C&T - Os estudos já se mobilizam em prol da semana, que acontecerá de 18 a 24/10. Em SP, a organização está a cargo da Fapesp, SBPC, Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) e Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC). Em Sergipe, a Fundação de Amparo à Pesquisa do estado assumiu o trabalho de articular as atividades da semana.

Cooperação internacional - O presidente da Capes, Jorge Guimarães, assinou, em 4/8, portaria criando o Grupo Assessor Especial da Coordenação Geral de Cooperação Internacional (CGCI). Caberá ao grupo analisar o mérito científico dos projetos de cooperação internacional da CGCI, de acordo com as diretrizes em vigor.

Instrumentos científicos - O Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), do RJ, acaba de receber do Instituto de Engenharia Nuclear uma coleção de 276 instrumentos científicos ligados ao desenvolvimento da ciência e técnica nucleares no Brasil. A maioria teve origem no Observatório Imperial, hoje Observatório Nacional. O conjunto de instrumentos científicos sob guarda do Mast possui agora 1.876 objetos.

Mudança - E por falar em Mast, Luís Carlos Borges é o novo coordenador de História da Ciência do museu. Doutor em linguística pela Unicamp, Luís Carlos foi nomeado no dia 3 de agosto. A coordenação concentra suas ações em projetos de investigação em História e Sociologia da Ciência no Brasil, além de Etno e Arqueoastronomia.

Genes do café - A Embrapa anunciou em 10/8 os resultados obtidos pelo Projeto Genoma Café, que finalizou o seqüenciamento e a identificação dos genes do café. Os pesquisadores querem agora estudar caminhos para aperfeiçoar o produto e produzir grãos com mais sabor e aroma, com teores controlados de cafeína, vitaminas e sais minerais, mais tolerantes à seca e resistentes ao ataque de pragas e doenças.

VAI ACONTECER

Conferências de Agosto da Copea (Coordenação de Programas de Estudos Avançados) da UFRJ - Dia 26/8, Magnetismo e Spintrônica, com Sergio Rezende (UFPE). Fone: (21) 2295-1595. Fax: 2295-2346.

Tome Ciência - Programa de TV, patrocínio do Instituto Ciência Hoje e SBPC, apoio da Finep. Semana de 23 a 29/8, *Nanotecnologia: quanto menor, melhor*. Semana de 30/8 a 5/9, *Universidade em hora de exame*. STV (Net, Sky, DirectTV e Teccsat). 2ª feira, 23h; 3ª, 13h; 4ª, 19:30h; 5ª, 6:30h; 6ª, 17h, Sábado, 15:30h e Domingo, 00h. Site: <www.tomeciencia.com.br>

Ciência às Seis e Meia - Realização da SBPC/RJ, com apoio da Finep, sempre às 18:30h. Dia 8/9, *Astronomia indígena brasileira*, com Germano B. Afonso (Física/UFPR). Dia 13/10, *A filosofia da linguagem no contexto contemporâneo*, com Danilo Marcondes (PUC-Rio). Local: Espaço Cultural Finep, RJ. Mais informações no site: <www.finep.gov.br/espaco_cultural/ciencia_seis_meia.asp>

Workshop on Quantum Computing - De 30/8 a 3/9, Centro Internacional de Física da Matéria Condensada (CIFMC) da UnB, DF. Fone: (61) 307-2569. Fax: 307-1771. E-mail: iccmpev@unb.br

II Encontro Internacional de Filosofia e Educação e II Fórum do Sudeste de Ensino de Filosofia - De 9 a 11/9, Uerj, RJ. E-mails: socrates@uerj.br; Site: <www2.uerj.br/~socrates>

BioEd 2004: Biologia, Desenvolvimento Sustentável, Ética e Cidadania - De 13 a 18/9, RJ. Mais informações no site: <www.fiocruz.br/bioed/index_pt.html>

II Congresso Mundial de Educação Ambiental - De 13 a 18/9, Hotel Glória, RJ. Mais informações pelo e-mail: 2weec@fiocruz.br; site: <www.fiocruz.br/2weec>

XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal de Santa Catarina - Dias 23 e 24/9, junto com a 4ª Sepex (Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão). Fone (48) 331-9332. E-mail: dap@reitoria.ufsc.br; site: <www.dap.ufsc.br/sic04>

I Simpósio de Entomologia da Universidade Federal de Viçosa - De 26 a 30/9, UFV, MG. Estão programadas palestras, minicursos e mesas-redondas. Site: <www.pos.entomologia.ufv.br/simposio>

Simpósio Internacional sobre Alta Pressão Hidrostática em Biociência e Biotecnologia - De 27 a 30/9, RJ. Mais informações no site: <www.bioqmed.ufrj.br/hpbb2004>

IV Encontro de Licenciatura em Física (Enlif) - De 20 a 22/10, RJ. Mais informações no site do evento: <www.if.ufrj.br/~enlif>

2º Workshop Internacional de Células a Combustível - Dias 21 e 22/10, Centro de Convenções da Unicamp, SP. Mais detalhes no site: <www.ifi.unicamp.br/ceneh/2workshop>

8º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico - De 24 a 27/10, Salvador, BA. Promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC). Mais informações no site da ABJC: <www.abjc.org.br>

V Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais - De 25 a 28/10, Curitiba, PR. E-mail: cbsaf@cnpf.embrapa.br; Site: <www.cnpf.embrapa.br>

IV Semana de Atualização Agronômica 'Biotecnologia, desenvolvimento, ética e segurança' - De 25 a 29/10, Faculdade de Agronomia da UFBA, Cruz das Almas, BA. Site: <www.petagr.ufba.br>

XVI Salão de Iniciação Científica e XIII Feira de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - De 25 a 29/10, Escola de Educação Física/Esef, Campus Olímpico da UFRGS. Fones: 3316-4102. E-mail: salao@propesq.ufrgs.br; Site: <www.ufrgs.br/propesq>

XXXIV Reunião Anual de Psicologia - De 26 a 29/10, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP/Ribeirão Preto, SP. Fone/fax: (16) 625-9366. E-mail: sbp@sbponline.org.br; Site: <www.sbp.org.br>

2º Simpósio Internacional sobre Gerenciamento de Resíduos nas Universidades - De 3 a 5/11, Santa Maria, RS. Mais informações no site: <www.ufsm.br/isrmu>

XI Reunião de Paleobotânicos e Palinólogos - De 7 a 10/11, Gramado, RS. Mais informações no site: <www.exatec.unisinos.br/rpp2004>

Simpósio Internacional Fronteiras na América Latina: desenvolvimento e integração e Reunião da Rede Internacional de Estudos do Programa América Latina em Diálogo Intercultural - De 8 a 12/11, Santa Maria, RS. E-mail: america@mail.ufsm.br; Site: <www.ufsm.br/america>

I Latin American Protein Society Meeting - De 8 a 12/11, Angra dos Reis, RJ. O número de participantes é restrito a 400. Inscrições e submissão de resumos de trabalhos são feitas no site do LNLS: <www.lnls.br/lapsm>

2º Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - De 10 a 12/11, Aracaju, SE. Site: <srgrs.cpatc.embrapa.br>

7º Encontro Nacional de Astronomia (Enast) - De 13 a 15/11, Brotas, SP. E-mail: info@7enast.com.br; Site: <www.centroastronomico.com.br/eventos/7enast/inscricoes.html>

Concurso

Professor-doutor e titular do Depto. de Física da USP - Inscrições até 27/9 para doutor e até 3/12 para titular. Mais informações pelo e-mail: <ataac@if.usp.br> ou no site: <www.if.usp.br/concursos>

Pós-Graduação

Mestrado e Doutorado do Instituto Oswaldo Cruz - Inscrições: Ensino em Biociências e Saúde — Mestrado - de 1 a 13/9 e Doutorado - de 14 a 24/9; Mestrado em Biologia Celular e Molecular — de 2/8 a 18/8; Mestrado em Biologia Parasitária — de 1/9 a 3/12. Site: <www.ioc.fiocruz.br>

Livros & Revistas

A Água, a Lei, a Política... e o Meio Ambiente?, de Christian Guy Caubet. O autor procura mostrar os diversos contextos de nossas relações com os recursos hídricos e a evolução das soluções jurídicas, como a afirmação do valor econômico da água. Coloca à disposição do leitor informações sobre o contexto jurídico, as condições atuais dos recursos hídricos nas diferentes regiões do país e a questão da gestão, em seu aspecto político. Publicado pela Ed. Juruá. Site: <www.juruá.com.br>

O Mundo Nanométrico: a Dimensão do Novo Século, de Henrique E. Toma. O autor, pesquisador e professor do Laboratório de Química Supramolecular e Nanotecnologia da USP, explica que a nanociência é a manipulação de átomos e moléculas para se chegar a determinado material. Mas, em tamanho, uma molécula está para o homem assim como este está para o nosso planeta. Mora aí o enorme progresso da nanotecnologia. Site: <www.ofitexto.com.br>

Médicos e Descobridores: Vidas que criaram a medicina de hoje, de John Galbraith Simmons. O autor tenta reconstruir a história da medicina ocidental por meio da trajetória de 86 dos principais nomes que a tornaram realidade. Os perfis apresentam desde o grego Hipócrates, que viveu no século 6 a.c., até pesquisadores contemporâneos, especialistas em biologia molecular, neurocientistas e outros ligados à luta contra o câncer e a AIDS. Ed. Record. Fone: (21) 2585-2000

Contexto Internacional, vol. 26, nº 1. Revista semestral do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ, com artigos ou resenhas inéditas nas áreas de relações internacionais, política externa ou estudos comparados. Os textos deste número tratam do Brasil e a ordem econômica internacional; da atual construção europeia; da crise na Argentina e sua relação com Brasil e EUA; dos estudos de segurança na Turquia; e do direito das mulheres no mundo muçulmano. Contato: (21) 3114-1559/1560

Revista Latinoamericana de Psicopatología Fundamental, vol.VII, nº2, junho de 2004. O volume traz artigos sobre anorexia mental, psicoterapia, como redescobrir o cérebro, história da psiquiatria, entre outros. Apresenta ainda resenhas dos livros *A Clínica Psicanalítica e Seus Limites* e *Manual de Psicopatologia*, de Elie Cheniaux Jr. Ed. Vida e Consciência. Site: <www.psicopatologiafundamental.org>

Prêmio Moinho Santista 2004

Laureados foram conhecidos na sessão solene da Comissão do prêmio, em 6 de agosto.

Eis os premiados nas quatro categorias previstas:

- Desenvolvimento Sustentável: Paulo Nogueira Neto, presidente da Fundação em Defesa do Meio Ambiente e promotor da Lei Nacional do Meio Ambiente;

- Genética: Francisco Moura Salzano, pesquisador de questões da Genética Humana, professor da UFRGS;

- Juventude: Adriel Ferreira Fonseca, de Londrina, Paraná, especialista em controle de efluentes que, tratados, podem ser utilizados em irrigação;

- Juventude para a Genética: Ana Maria Aranha Camargo, de SP, que trabalha no Programa Genoma Humano em pesquisas de genes associados a processos de formação de tumores.

Estes nomes foram escolhidos por um júri de 35 membros, entre reitores de Universidades e representantes de Academias de Ciência e instituições da área científica, como a SBPC, representada por seu presidente, Ennio Candotti.

Criado em 1955, o Prêmio Moinho Santista é destinado a personalidades que tenham se sobressaído em um destes seis ramos do conhecimento: Ciências Biológicas, Ecológicas e da Saúde; Ciências Exatas e Tecnológicas; Ciências Agrárias; Ciências Humanas e Sociais; Letras e Artes.

Cada ano é destinado a uma das áreas, para a qual são escolhidos dois ramos de premiação.

O Prêmio Moinho Santista Juventude foi criado em 1980 e segue a mesma abrangência de premiação que o anterior. É, no entanto, destinado a jovens até 35 anos de idade, que tenham preferencialmente defendido dissertação de mestrado ou tese de doutorado, ou se sobressaído de alguma outra forma no ramo de premiação.

A premiação consiste em medalhas de ouro (Prêmio Moinho Santista), medalhas de prata (Prêmio Moinho Santista Juventude), diplomas em pergaminho e um total de R\$ 200 mil em dinheiro — divididos entre os ganhadores (R\$ 70 mil para cada laureado com o Prêmio Santista e R\$ 30 mil para cada vencedor do Prêmio Juventude).

A entrega do prêmio acontece no mês de setembro, em solenidade no presidida pelo governador de SP, que, por estatuto, é presidente honorário da Fundação Santista, atual nome da Fundação Bunge, criadora e mantenedora do prêmio.

Mais informações no site da Fundação: <www.fundacao-bunge.org.br/fundacaobunge/pagina_03.htm>.

JORNAL da CIÊNCIA

PUBLICAÇÃO DA SBPC • 20 DE AGOSTO DE 2004 • ANO XIX Nº 535

A arte entre a ciência e cidadania

De 9 a 12/9 acontece no RJ, como evento satélite do BioEd 2004, o 2º. Simpósio Ciência, Arte e Cidadania. Estão programadas conferências, mesas-redondas, espetáculos de música, teatro, cinema e vídeo, exposições, mostra de trabalhos e oficinas.

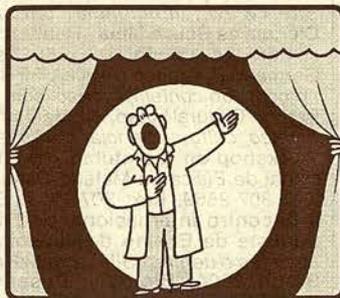
Para o palestrante Ildeu de Castro Moreira, diretor do Depto. de Popularização e Difusão da Ciência, do MCT, é preciso explorar mais a relação entre ciência e cultura. "A cultura no Brasil é, obviamente, muito rica, e a ciência é muitas vezes vista de maneira muito técnica, separada do cotidiano das pessoas". Segundo ele, que lidera a organização da Semana Nacional da Ciência, "meios que permitam uma difusão mais ampla da ciência, de modo mais criativo, como teatro, cinema, TV, carnaval, são fundamentais". Outro ponto importante para o pleno exercício da cidadania, segundo ele, é que as pessoas tenham noção de como a ciência e o aparato tecnológico funcionam no mundo, que conheçam os interesses por trás da tecnologia. "Uma melhor formação da população, do ponto de vista científico, certamente é para o país um fator econômico importante."

Outro entusiasta da interação entre arte e ciência é o presidente da SBPC, Ennio Candotti. Para ele, também conferencista, tanto os cientistas quanto os artistas querem mostrar coisas que não conseguimos ver, nos fazendo enxergar mais longe.

O carnavalesco Paulo Barros dará conferência sobre seu sucesso no carnaval deste ano. A empreitada foi uma parceria entre a escola de samba Unidos da Tijuca e a Casa da Ciência da UFRJ e resultou no vice-campeonato do disputado carnaval carioca. "Para mim, a ciência parecia uma barra de gelo — fria e calculista — mas aprendi que não é isso."

O professor de Doenças Infecciosas da Faculdade de Medicina da USP, Ricardo Tapajós, diz que falta sensibilidade na relação médico-paciente. Para combater este problema, ele teve a idéia de incluir uma disciplina mesclando medicina e artes na grade curricular de medicina da USP. "A relação médico-paciente é difícil de se ensinar. O respeito necessário ao paciente é difícil de se passar. Isto é tentado há 40 anos. A colocação das artes nos currículos tem o intuito de humanizar a medicina."

Programação - Realizado pela Fiocruz, o Cefet-Química de Nilópolis, Projeto Portinari, Escola Naval e Alerj, o evento terá as conferências "A arte que inspira a ciência: físicos e impres-



sionistas", com Ennio Candotti; "A ciência que inspira a arte: o sucesso da Ciência no carnaval do Rio em 2004", com Paulo Barros; "Ciência e Arte: ligações perigosas?", com Ildeu de Castro Moreira; "Educação e cidadania: desafios e perspectivas", com um representante do MEC; "Quadrinhos, Ciência e Arte", com Francisco Caruso.

As mesas-redondas serão "Ciência e Arte no RJ: a construção de parcerias", "Teatro e ciência: educação e divulgação", "Imagem, Arte e Ciência", "Movimento, Arte e Ciência", e "Música e Dança que unem Ciência e Arte".

Serão oferecidas 15 oficinas, que comportam de 20 a 30 participantes: "Galileu Galilei, leitura de teatro científico", com Tania Cardona; "Origami: dobraduras em química e arte", com Paulo Colonese; "Introdução aos Quadrinhos", com Diucênio Rangel; "Ciência em Quadrinhos: expressão de idéias", com Francisco Caruso; "Sexualidade, Arte e Ciência", com Sonia Campos e Eduardo Tornagui; "Pintura com materiais recicláveis", com Solange Vergnano; "Alegria para a Saúde: novidades na promoção da saúde", com Marcus Vinicius Campos; "Poesia, Prosa e Ciência: descobrindo interfaces", com Lucia de La Rocque; "Física e Música: descobrindo interfaces", com Marcos Farina; "Bio-Arte: modelando na biologia", com Rosane Meirelles; "Vivências Teatrais", com Eduardo Katz; "Vídeo, arte e ciência", com Duaila Assumpção; "Artematicando", com Oneida Enne; "Ficção científica: relacionamentos com a Ciência e exercícios de escrita", com Roberto Causo; "Teatro popular", com o grupo Tá na Rua. As atividades acontecem na Alerj, na Escola Naval e no campus da Fiocruz.

Mais informações no site <<http://ciearte.ioc.fiocruz.br/>>. (Luís Henrique Amorim)

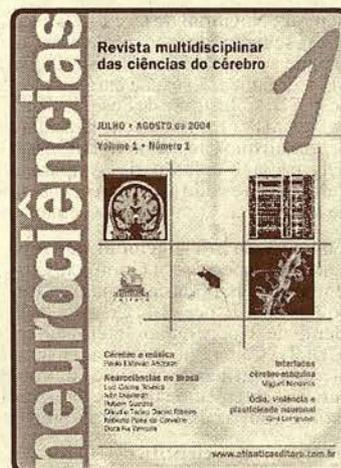
Lançada revista "Neurociências"

A publicação, da Atlântica Editora, é a primeira do Brasil especializada na área.

Embora a neurociência ainda seja um campo novo no país, mais de 20 mil pesquisadores brasileiros têm estudos publicados na área, de acordo com os registros do cadastro Lattes do CNPq. O número é expressivo; no entanto, esses pesquisadores ainda trabalham de maneira muito isolada. Os linguistas desconhecem o trabalho dos biólogos, os pedagogos desconhecem o trabalho dos fisioterapeutas, ou seja, essa ainda é uma comunidade desintegrada.

É aí que entra o papel da nova revista especializada em neurociências que acaba de ser lançada pela Atlântica Editora: "Ela vai integrar todos esses pesquisadores que já desenvolvem trabalho na área", afirma Suzana Herculano-Houzel, neurocientista da UFRJ e editora da revista.

Além da missão agregadora, a revista pretende atrair o interesse dos estudantes universitários para a área, que só é estudada no Brasil no nível da pós-



graduação, conta Suzana. Por isso, abre mão de linguagem muito especializada e oferece ao leitor, além de artigos científicos, seções com textos mais curtos, sobre assuntos diversos e de interesse mais amplo.

O desafio agora é conquistar a comunidade de pesquisadores na área e novos colaboradores para os próximos números. Para as primeiras edições, especialistas renomados na área foram convidados a escrever.

O nº 2 da revista, de publicação bimestral, está prestes a sair. Os interessados em conhecer a publicação e/ou assiná-la devem entrar em contato com os editores. Não haverá venda em bancas.

Contatos: Suzana Herculano-Houzel, pelo fone: (21) 2562-6390 e (21) 8715-5473; Jean-Louis Peytavin, pelo fone: (21) 2221 4164 e (21) 8157 4345.